

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
DIRETORIA DE ENSINO E INSTRUÇÃO  
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE COMANDO, DIREÇÃO E ESTADO MAIOR  
CURSO SUPERIOR DE BOMBEIRO MILITAR**

**TEMA**

**A REALIDADE HISTÓRICA DO CORPO DE BOMBEIROS  
MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**



**AUTORES: ERALDO PAIXÃO DOS SANTOS - TEN CEL QOBM/CBMAL  
WILSON L. DA R. BENDELAK FILHO**

**BRASÍLIA - DF  
1996**

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**  
**DIRETORIA DE ENSINO E INSTRUÇÃO**  
**CURSO SUPERIOR DE BOMBEIRO MILITAR**

*Cópia cedida ao Museu Histórico do CBMDF.*

*Ten Cel Rocha 05  
81  
96*

**MONOGRAFIA**

**A REALIDADE HISTÓRICA DO CBMDF**

A presente monografia será apresentada à mesa  
julgadora para conclusão do CSBM.

**AUTORES:ERALDO PAIXÃO DOS SANTOS - TEN CEL QOBM / CBMAL**  
**WILSON BENDELAK FILHO - MAJ QOBM / CBMPA**

**Brasília , 1996.**

## **PREFÁCIO**

*Com a Realidade Histórica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), têm-se o primeiro trabalho de pesquisas histórica e documental que coloca a Corporação, como Instituição, nas mãos dos estudiosos de história e do Comando Geral.*

*Aqui se encontram não somente os momentos mais importantes de uma trajetória de quase duzentos anos de surgimento, mais também o testemunho e as palavras dos bombeiros militares responsáveis pela condução dos rumos da Corporação, bem como os fatos da história.*

*Estes comprovam, de um lado, a propriedade da decisão política de se criar um instrumento voltado para resgatar a expressão histórica do CBMDF e, de outro lado, um órgão de assessoramento direto ao Imperador, na qualidade de responsável pelo Combate a Incêndios na Côrte, tendo sido fator preponderante de integração de vários órgãos públicos, através da coordenação de atividades por um só, em que se destaca o Arsenal da Marinha.*

*Com a publicação desta monografia, o CBMDF deixa de ser alvo da apreciação pessoal e subjetiva, geralmente de caráter opinativo e sem maiores comprometimentos com a justificativa objetiva, para ser uma Instituição com origem e desempenho que podem e devem ser verificados com o rigor científico da investigação histórica.*

*O trabalho de pesquisa histórica e documental tem a característica de ser uma obra apreciadora e de análises, não simplesmente defender ou criticar. É um trabalho de estudiosos marcado pela serenidade e objetividade, que respaldam a honestidade na retratação dos fatos obtidos pela pesquisa.*

*Quem conheceu o trabalho, verá que ele representa e confirma a Realidade Histórica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, reafirmando suas virtudes e dificuldades que, aliados ao amor e dedicação dispensados à Corporação, mostra o interesse do estudo sério e respeitado.*

*O Comando Geral do CBMDF sentirá honrado de poder oferecer à Cultura Bombeiro Militar o registro dos dados e dos fatos que contam e compõem a história de sua Corporação.*

*O sentido maior do trabalho é tornar o CBMDF uma realidade possível de ser analisada e apreciada, capaz de ocupar o seu espaço na história atual. Qualquer citação feita ao CBMDF, do ponto de vista de sua história, há de ser referenciada esta monografia, ainda que seja para corrigi-la ou ampliá-la, quando não para enaltecê-la.*

*A expectativa é de que não falem contribuições, através de críticas sinceras e honestas, que modifiquem dados, reinterpretem fatos sempre em proveito da verdade histórica do CBMDF.*

**Átila Vinícius de Carvalho**  
**Docente da UPIS**

## **AGRADECIMENTOS**

*A Deus, com sua magnífica bondade e sabedoria, nos iluminando na escolha do tema do presente trabalho, oferecendo a cada um de nós, paciência, inteligência e perseverança para elaboração desta monografia.*

*Ao professor Mário Ribeiro Cantarino Filho que, através de seus conhecimentos científicos, nos auxiliou de modo profícuo, nas diversas etapas deste trabalho, prestando com veemência a devida orientação para que pudéssemos atingir nossos objetivos.*

*Ao Sr. Coronel QOBM R/R Severino Ramos de Farias, o nosso agradecimento pela contribuição prestada para formulação da cronologia histórica no período da mudança do Distrito Federal.*

*Ao Sr. Coronel Lisandro dos Santos Chiarel, Ajudante Geral, pela presteza, equilíbrio, eficiência, sem alardes, abrindo as portas do Arquivo Geral e Museu Histórico, a fim de que coletássemos dados indispensáveis à elaboração do nosso trabalho.*

*Ao Sr Capitão Mário Lopes Condes, pelo fornecimento de meios, conduzindo-se, incansavelmente, em todas as fases desta monografia, para que nós chegássemos ao objetivo desejado.*

*A todos que, direta ou indiretamente, tornaram possível a confecção da presente monografia.*

## *DEDICATÓRIA*

*As horas, os dias e os meses que os Autores estiveram mergulhados em profundos estudos sobre o assunto enfocado na presente obra, fizeram com que os seus amigos mais próximos e os seus familiares deixassem de usufruir do seu saudável convívio.*

*Em razão disso, os Autores dedicam o sucesso da presente obra a todos aqueles que, mesmo nos momentos de adversidade, souberam acreditar na incomparável capacidade humana de sobrepujar obstáculos.*

*Aqui são, portanto, homenageadas todas as pessoas cuja sensibilidade possa atingir os limites máximos imagináveis, ao analisar e julgar obras, dos mais simples aos mais geniais autores.*

*OS AUTORES*



**PENSAMENTOS**

*“Os que não lembram do passado estão  
condenados a revivê-lo”.*

SANTAYANA

*“O passado não se cancela”.*

HUMBERTO ECO

*“Os historiadores não podem prever  
o futuro (ou se enganam quando tentam), e não podem explicar o  
passado, mas só interpretá-lo. E não há uma forma decisiva de  
por à prova as suas interpretações alternativas”.*

COLLIN PATTERSON

## LISTA DE ANEXOS

- ANEXO A: FATOS MARCANTES - - - - - ✓ 2
- ANEXO B: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO  
FEDERAL - - - - - ✓ 3
- ANEXO C: LEGISLAÇÃO ✓ 3

## ***LISTA DE ABREVIATURAS***

***AA - Auto Ambulância***

***AB - Auto Bomba***

***ABM - Academia de Bombeiro Militar***

***ABI - Auto Bomba Inflamável***

***ABT - Auto Bomba Tanque***

***AC - Auto Caminhão***

***AEM - Auto Escada Mecânica***

***AO - Auto ônibus***

***AT - Auto Tanque***

***BBS - Batalhão de Busca e Salvamento***

***BGO - Boletim Geral Ostensivo***

***BI - Boletim Interno***

***CAO - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais***

***CAECEDEM - Centro de Altos Estudos de Comando, Direção e  
Estado Maior***

***CAS - Curso de Aperfeiçoamento de Sargento***

***CBDF - Corpo de Bombeiros do Distrito Federal***

***CBMDF - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal***

***CBEG - Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara***

***CBERJ - Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro***

***CFC - Curso de Formação de Cabos***

***CFO - Curso de Formação de Oficiais***

***CHOA - Curso de Habilitação de Oficiais da Administração***

***CFS - Curso de Formação de Sargento***

***CFSd - Curso de Formação de Soldados***

*CSBM - Curso Superior de Bombeiro Militar*  
*CIPI - Centro de Investigação e Perícia de Incêndios*  
*CTO - Centro de Treinamento Operacional*  
*DEI - Diretoria de Ensino e Instrução*  
*DF - Diretoria de Finanças*  
*DFSP - Departamento Federal de Segurança Pública*  
*DRPB - Departamento Regional de Polícia de Brasília*  
*EB - Exército Brasileiro*  
*EMG - Estado Maior Geral*  
*EsFO - Escola de Formação de Oficiais*  
*GB - Grupamento de Bombeiros*  
*GEB - Guarda Especial de Brasília*  
*GI - Grupamento de Incêndios*  
*GTO - Grupo de Trabalho de Opção*  
*IAPI - Instituto de Assistência e Previdência dos Industriários*  
*MJNI - Ministério de Justiça e Negócios Interiores*  
*NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital*  
*OBM - Organização Bombeiro Militar*  
*QOBM - Quadro de Oficiais Bombeiros Militares*  
*RJ - Rio de Janeiro*  
*SEI - Serviço de Extinção de Incêndios*  
*SMVE - Seção de Manutenção de Viaturas e Equipamentos*  
*SPO - Serviço de Policiamento Ostensivo*

## SUMÁRIO

*Prefácio*

*Agradecimentos*

*Dedicatória*

*Pensamentos*

*Lista de Anexos*

*Lista de Abreviaturas*

**INTRODUÇÃO** ..... 1

### **CAPÍTULO 1 - A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA HISTÓRICA**

**DO CBMDF** ..... 4

*1.1 Fundamentos Filosóficos* ..... 4

*1.1.1 Importância* ..... 4

*1.1.2 Princípios Normativos* ..... 7

**CAPÍTULO 2 - SINOPSE HISTÓRICA** ..... 9

*2. - Análise dos Fatos Históricos* ..... 9

*2.1. - No Período Colonial* ..... 9

*2.1.1 - Alvará Régio* ..... 10

*2.2 - No Período Imperial* ..... 14

*2.2.1 - Decreto Imperial n° 1775* ..... 28

*2.2.2 - Decreto n.° 8337* ..... 34

*2.2.3 - Decreto n° 9829* ..... 36

*2.3 - No Período Republicano* ..... 37

<b>CAPÍTULO 3 - TRANSFERÊNCIA E INSTALAÇÃO DO CBMDF EM BRASÍLIA..... - -</b>	<b>44</b>
<b>3. - Implantação .....</b>	<b>44</b>
<b>3.1 - Considerações .....</b>	<b>44</b>
<b>3.2 - Os Desafios da Implantação .....</b>	<b>52</b>
<b>3.3 - A Seção de Proteção Contra Fogo.....</b>	<b>55</b>
<b>3.4 - Transferência para Brasília .....</b>	<b>59</b>
<b>3.4.1 - Considerações .....</b>	<b>59</b>
<b>3.4.2 - Instalação em Brasília.....</b>	<b>62</b>
<b>3.4.3 - Consequências da Mudança de                     Capital para o CBMDF .....</b>	<b>65</b>
<b>3.4.4 - Consequência para o Estado da                     Guanabara depois da mudança                     do CBMDF para Brasília.....</b>	<b>67</b>
<b>3.4.5 - Lei 4242 .....</b>	<b>69</b>
<b>3.4.6 - Lei 4483 .....</b>	<b>71</b>
<b>CAPÍTULO 4 - COMPETÊNCIA LEGISLATIVA EM MATÉRIA DE CORPO DE BOMBEIROS .....</b>	<b>73</b>
<b>4.1 - Competência da União .....</b>	<b>73</b>
<b>4.2 - Competência Legislativa do Distrito             Federal.....</b>	<b>75</b>
<b>CAPÍTULO 5 - SITUAÇÃO INSTITUCIONAL....</b>	<b>76</b>

<b>CAPÍTULO 6 - O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR</b>	
<b>DO DISTRITO FEDERAL.....</b>	<b>82</b>
6.1- <i>Ontem</i> .....	82
6.2 - <i>Hoje</i> .....	83
6.3 - <i>Conjuntura do CBMDF</i> .....	84
6.3.1 - <i>Considerações</i> .....	84
6.3.2 - <i>Análise</i> .....	86
6.4 - <i>Amanhã</i> .....	89
6.5 - <i>O Papel do Bombeiro na Comunidade</i> .....	91
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>96</b>

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

#### **ANEXOS**

## INTRODUÇÃO

*Hoje não é dia de memória. É momento da história. Pode-se defini-lo pela devoção que anuncia a existência do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Sua organização não foi um episódio. Assinala, ao contrário, o começo de uma época. E não se pode esquecer, a fim de apreciar a sua influência, que o tempo assegura a dimensão histórica para consagrar o espaço como evolução.*

*No marco mais abrangente de uma concepção, costuma-se definir que, idéias convertidas em atos, são a maneira de se processar a transformação de uma Corporação. Essas idéias serão tão visíveis quanto permitam conferir o conhecimento e a cultura de seus integrantes.*

*Um outro traço, do ponto de vista da cronologia, é ter presente o significado dessa dominância e assim entender que os fatos celebrados no futuro - senso da história - nascem da maturidade e evolução social, manifestados na identificação de seus comandantes.*

*O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal surgiu da experiência do Arsenal de Marinha, no período colonial, diante da aplicação dos conhecimentos de "Serviço de Bombeiros", que apresentava os tipos de ações em extinguir os incêndios, poucos coordenados e dirigidos. Era a consciência do Poder da Côrte. Caminho de análise, reinterpretações, novas tendências para os quadros teórico-práticos da realidade da Instituição.*

*Tal problemática teve sua consequência: a necessidade de se criar, na Côrte, um Serviço de Extinção de Incêndios, cuja premissa maior se voltasse para a proteção da cidade, em princípio, logo em seguida, o desenvolvimento e estrutura do serviço para a propagação de suas ações, funcionando como centro responsável para a extinção, submetido a divisão entre várias repartições públicas, empregando, dessa forma, forças combinadas. Faltava este despertar. Mudou-se a mentalidade, compatível com o avanço da cidade do Rio de Janeiro, sem o desvio dos componentes primordiais do desenvolvimento dos organismos da Côrte: o homem, a terra e as instituições.*

*Não admira, pois, que o preenchimento dos fins do serviço, nesse período, manteve a característica da época, exercido com o destino de equacionar problemas gerais e oferecer subsídios às atividades básicas da Extinção de Incêndios, através da aplicação de métodos equacionários e processos decisórios, bem como da racionalidade da estratégia e da segurança social.*

*Torna-se implícito que o processo de desenvolvimento se revela engenhoso. A importância por meio da qual o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal se afirma, está sob a égide dos seus trabalhos, no mais alto nível de administração, abrangendo as instâncias dos trabalhos governamentais. Outra reflexão que se observa é a sua estruturação, com a sabedoria de fazer bem as coisas, que foi possível chegar a metodologia da formulação da política atual.*

*Consciente desses princípios metodológicos, incorporou-se ao acervo cultural do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a*

*introdução da Disciplina Curricular História do CBMDF. É dinâmica, organizativa e valoriza o esforço intelectual de manter acesa a Memória da Corporação. O conteúdo constitui um processo ordenado de fatos e atos na expressão da administração e na vida do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Representa mais uma contribuição.*

*Porquanto, é possível perguntar. A que conduz tudo isso? - Busca o melhor emprego do CBMDF, sendo, desta forma, uma técnica de otimização. Estabelecer objetivos da Corporação. A filosofia da Instituição é transcendental, pois, o constante aprimoramento e destinação privilegia e inspira os seus fundamentos institucionais nos valores que provêm do passado e vêm se consolidando, mantendo a sua esperança, além de construir herança intelectual e histórica, requisito que se vai documentando ao longo da sucessividade das épocas.*

*Esta capacidade harmoniza aspirações peremptória e definitiva. O seu desenvolvimento bem concebido responde pela qualidade da execução e a consecução de seus objetivos. Vê-se, aí, um propósito, a orientação para assimilar e entender a predominância da elevação do espírito de solidariedade.*

*Mais de um século de existência. O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal já permite uma mirada história, referente a influência do seu universo. A importância se configura no presente e as tendências das análises seriam uma maneira de encarar o futuro, refletido na legitimidade e no consenso do trabalho profícuo - imanente às funções substantivas da Corporação. À luz desta observação avança o mérito que, sem sombra de dúvidas, sempre será reconhecido.*

## **CAPÍTULO 1**

### ***A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA HISTÓRICA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL***

#### ***1.1 - Fundamentos Filosóficos***

##### ***1.1.1 - Importância***

*Pode-se dizer que a memória histórica de uma Instituição é dividida em 2 aspectos distintos: Cultural e Operacional. O aspecto cultural visa contribuir para o desenvolvimento da doutrina, bem como preservar e divulgar o patrimônio histórico; o aspecto operacional da memória histórica visa ao aprimoramento profissional dos recursos humanos e ao desenvolvimento de novas técnicas.*

*O estudo da história do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal permite aos Comandantes, Planejadores e Historiadores acompanharem a evolução da Doutrina Bombeiro Militar nos campos da organização, equipamentos, processos de instruções e os processos de táticas e técnicas operacionais de combate a incêndios, a realização de salvamentos ou quaisquer outras missões sob sua responsabilidade.*

*Ao contrário do que se pensa, a história da Corporação jamais poderá ser entendida como um amontoado de fatos históricos em ordem cronológica definida, terá sim, de ser estudada e pesquisada dentro de um espírito crítico, decompondo-se todos os fatos e*

*selecionando o que tem de real valor como ensinamento, ou seja, a sua essência.*

*O estudo do passado do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é a principal fonte para o desenvolvimento da doutrina Bombeiro Militar do presente. Como a experiência mostra, tentar impor alterações institucionais ou comportamentais sem um estudo do passado, com análise crítica, normalmente acarretará o insucesso das respectivas alterações, com consequências imprevisíveis para a Corporação.*

*A análise da experiência histórica da Instituição assume especial relevo no que ela encerra quanto ao patrimônio cultural. É ela que irá revelar as características operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e a forma de exercer o comando ideal.*

*O conhecimento da história do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal não só desenvolve e contribui para evitar a repetição de erros, como permite a identificação de conceitos básicos e, por isso, pouco mutáveis na doutrina Bombeiro Militar. Permite, outros sim, a identificação das características e peculiaridades do Bombeiro Militar, como comandante de socorro e como combatente, e das próprias características da Instituição.*

*O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal pode orgulhar-se de uma tradição de mais de um século, a contar da época em que era sediado no Rio de Janeiro e dos trinta e dois anos de sua transferência para o Planalto Central. Para conservá-la, é*

*imprescindível atentar para a preservação da história de cada uma de suas Organizações Bombeiro Militar (OBM), não deixando que se percam no tempo parte do histórico de algumas delas, que remontam à transferência da Capital Federal para o Planalto Central do País. Portanto, é importante que cada unidade desenvolva e mantenha seu registro histórico interno, onde deve constar todos os nomes de seus integrantes, as fichas de alterações de pessoal, as principais alterações desenvolvidas, controle de publicação da imprensa referente à unidade e visitas ilustres recebidas.*

*A necessidade de recuperar, preservar, analisar e divulgar a Memória do CBMDF, aliada aos avanços tecnológicos vividos pela Corporação nas últimas décadas, tem provocado constantes questionamentos em trabalhos individuais, em grupos ou até em Monografias.*

*Grande parte das informações fornecidas aos bombeiros militares são as sínteses de pesquisas e estudo crítico da Memória Histórica da Corporação.*

*O processo histórico determina a multiplicidade e mudanças no contexto social induzindo novas funções, mas que não descartam as antigas.*

*Algumas Organizações Bombeiro Militar mantêm atualmente sínteses de seus históricos, porém, por não existir no âmbito da Corporação nenhuma normatização quanto ao controle histórico das*

*OBM, estes relatórios já existentes são voltados unicamente, em sua maioria, ao início da unidade, não sofrendo o processo de atualização.*

*O registro histórico de uma OBM permite destacar as principais operações desenvolvidas pela unidade, proporcionando ao bombeiro militar que vier a ser efetivado desenvolver uma visão profissional da Unidade e entender, de uma forma objetiva, o verdadeiro papel de sua OBM.*

### ***1.1.2 - Princípios Normativos***

*Na execução do tema, mister se faz que se lance mão do alicerce vital da Corporação, que são seus fundamentos e princípios que norteiam as suas atividades, e as ações operacionais, bem como, aos aspectos conjunturais do momento, como parâmetro de desenvolvimento e mudanças.*

*Procurou-se não distanciar dos campos de emprego da Corporação que é, em última análise, o da Prevenção, marco inicial da mesma; o Caráter Emergencial que é o fundamento inerente de suas atribuições; a Ação Operacional, que busca o pleno desenvolvimento tecnológico e, em última análise, as Ações Periciais, importantes no aspecto da identificação e prospecção de novas estratégias a desenvolver. Ainda retratar-se-á quanto ao Ensino, pedra fundamental para todas as atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, quer no âmbito interno, quer no âmbito externo, tanto nacional como internacional.*

*Os valores básicos inerentes ao Soldado do Fogo, ou seja, a Ação Voluntária, caracterizando o perfil de homem profissional, diante de um sinistro ou evento (fortaleza, bondade, coragem e desprendimento); a Relação Afetiva com a comunidade, com apoio mútuo dos vigorosos laços de solidariedade, onde reforça todas as atenções sobre os aspectos da conjuntura atual e a formação desses soldados, meio indispensável para o adestramento e o aperfeiçoamento, dentre outros, foram, também, consignados neste trabalho.*

*Não se pode deixar de consignar também os fundamentos basilares do espírito de corpo (companheirismo e solidariedade), buscar nos ensinamentos das tradições, que o caminho seja qual for, tem que ser transposto.*

*E, para uma melhor condução do trabalho, concentrou-se os esforços naqueles princípios que, para consecução dos objetivos a atingir, são base para uma formulação mais dinâmica do assunto em estudo. Os Princípios de Empregos são:*

- 1. A Rapidez - tão necessária para o êxito de uma missão;*
- 2. A Persistência - que caracteriza a luta contra o inimigo audaz;*
- 3. A Prontidão - que se traduz no servir e na condução imediata, logo após o evento;*
- 4. O Eclétismo - que permite enfrentar todos os obstáculos;*
- 5. A Criatividade - que é o auxílio dos meios dispostos, de forma a enfrentar e vencer o inimigo, protegendo assim a população.*

## CAPÍTULO 2

### SINOPSE HISTÓRICA

#### *2 - Análise dos Fatos Históricos*

##### *2.1 - No Período Colonial*

*Neste período, a Vila São Sebastião do Rio de Janeiro possuía suas edificações construídas de madeira e sem nenhuma condição de segurança, sobretudo, inúmeros incêndios assumiram, pelas suas frequências e dimensões, foros de catástrofes. Grande quantidade de casarios foram destruídos e centenas de vidas foram ceifadas pelo fogo, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos moradores e autoridades daquela localidade.*

*Não somente incêndios ocorreram no Rio de Janeiro, mas, também, outros sinistros se fizeram presentes, desde invasões corsárias até inundações, desabamentos, explosões, além de outros, causadores de catástrofes.*

*Diversos foram os eventos que se tornaram manchete e de que se tem notícia, bem como tragédias que ceifaram a vida de muitas pessoas, tanto civis como bombeiros militares.*

*Inúmeras incursões de navios estrangeiros sofreu o Brasil, tendo em vista a cobiça e piratarias das expedições pelas costas brasileiras em roubar ouro e prata, sendo a Vila de São Sebastião do*

*Rio de Janeiro escolhida, principalmente, pelos franceses, vez que seu comércio tinha valor, ficando conhecida como capital pelas suas exportações.*

*Os precedentes das invasões levaram às hostilidades entre os Governadores das Províncias brasileiras e os Corsários estrangeiros, daí, os governos se precaveram, tratando de organizar seus homens de defesa para combater tais invasões.*

*Deve-se considerar, também, que o Rio de Janeiro era vulnerável para ataques, devido a sua localização ser próxima da costa e da Baía de Guanabara, bem como seus principais prédios ficarem em situação privilegiada para receberem tais ataques.*

*A cidade vinha sofrendo perdas de prédios, de repartições públicas, religiosa, municipais e recreativas que eram totalmente destruídos pelo fogo.*

*O Serviço de Extinção a Incêndio era dividido e precisava ser unificado para extinguí-los com mais eficiência e precisão. Era a solução do angustiante problema que, por longo tempo, preocupou as autoridades, comerciantes, industriais, povo e de um modo geral toda a cidade.*

### ***2.1.1 - Atvará Régio***

*Numa análise mais profunda da legislação que ampara e direciona o Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal, questiona-*

*se, de imediato, se a Corporação foi fruto da necessidade social ou se atendeu a interesses momentâneos de classes dominantes.*

*Logicamente, ressalta-se que tal questionamento será respondido no decorrer deste trabalho, pois muitos historiadores alegaram em seus conhecimentos escritos que os embasamentos para respostas são consideradas adequadas.*

*Dentro de uma visão sociológica, tudo que é social é antes e principalmente cultural; a história, portanto, é vista como sendo evolução da cultura e a cronologia histórica nada mais é um gradiente cultural onde as grandes datas históricas são marcos temporais que assinalam as etapas da mudança social; os eventos históricos são os traços desses gradientes e funcionam como indicadores de uma cultura, quer no seu nascimento, quer no seu crescimento ou quer em sua morte; mesmo quando uma cultura morre, o processo deixa registro histórico e quando não, a herança da cultura passa para seus herdeiros os traços mais fortes, os quais certamente darão relevo ao respectivo gradiente cultural.*

*No período colonial, os sinistros, sobretudo os incêndios, principalmente na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, assumiram pelas suas frequências e dimensões, foros de catástrofes. Verificando os efeitos devastadores de tais sinistros sobre os bens patrimoniais da Côrte, bem como a inexistência de órgão responsável, além de ser a sede da Côrte Portuguesa uma cidade onde seus prédios eram construídos em madeira, sem nenhuma proteção, e, na tentativa de minimizar tais efeitos e proteger o patrimônio Real, D. Maria I, Rainha*

*de Portugal, assinou o Alvará Régio na data de 12 de agosto de 1797, ordenando que fossem governados os Arsenais de Marinha por Intendentes, os quais pertenciam ao Corpo de Oficiais da Armada, estabelecendo o mesmo sistema administrativo de Lisboa, bem como o que ficou fixado para o Arsenal da Marinha da Bahia, no Alvará e Carta Régia, datados de 3 de março de 1760 e 11 de março de 1779, respectivamente.*

*Dentre as atribuições ordenadas ao Intendente do Arsenal da Marinha pela rainha de Portugal relaciona-se, como importante na pesquisa histórica efetuada, o mencionado no item XII do referido Alvará, no qual, além de enumerar os cuidados necessários quanto às luzes e aos fogos acessos dentro do Arsenal, bem como a proibição de fumar, o Intendente teria que manter prontas as bombas e instrumentos essenciais para acudir aos incêndios da cidade e do mar.*

*Com o ordenamento dessas atribuições, verifica-se que iniciou, mesmo incipiente, um Serviço de Bombeiros, pois, até então, não existia órgão ou repartição, ou mesmo grupo que tivesse tal responsabilidade.*

*Este Alvará Régio com força de lei, foi o primeiro documento escrito e público que a história relata.*

*Segundo levantamentos feitos, vários historiadores comentam que as atribuições ordenadas ao Intendente do Arsenal da Marinha com relação à extinção de incêndios foram em razão da experiência que possuíam os "homens do mar" em apagar fogo em suas*

*embarcações, bem assim pelo fato de que a Alteza Real Portuguesa - D. Maria I ter demonstrado sua preocupação quanto à proteção do patrimônio da Côrte.*

*Evidentemente que o Arsenal da Marinha, criado em 1763, por D. Antônio Alves, Conde da Cunha, foi também o primeiro Órgão Público a ser responsável pela extinção de incêndios sendo, portanto, subordinado à Secretaria de Estado da Marinha, através de um Inspetor Geral.*

*Com a idéia de regularizar e normatizar um serviço sob a coordenação de um órgão de seu poder, com a finalidade de realizar ações combinadas e tornar efetivo o combate a incêndios tornou possível, apenas, em 1797, quando a Côrte Portuguesa, representada por sua Rainha D. Maria I, através do Alvará Régio, o conhecimento público que, a partir da data já mencionada, caberia ao Arsenal da Marinha as funções de extinguir os incêndios na Província da Côrte, com sede na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.*

*A elaboração e aprovação do Alvará Régio demonstraram a necessidade premente de atribuir responsabilidade ao Arsenal de Marinha pela sua existência e capacidade de coordenar e exercer as operações, conciliando as atividades de extinção de incêndios, com a racionalização dos gastos e diminuição do tempo para o serviço imposto. Tornou-se comum em toda cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, após a publicação com conhecimento do Alvará Régio, a responsabilidade de tal Arsenal com relação ao Serviço de Extinção de Incêndios em sua jurisdição.*

*Claro está que a responsabilidade atribuída ao Arsenal da Marinha não significou que somente este órgão ficaria envolvido no combate a incêndios, mas com a coordenação e ordens, vez que outras repartições também participavam na execução do trabalho.*

*Neste período de Colônia Portuguesa, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, mesmo possuindo um Serviço de Extinção de Incêndios, continuou sofrendo as consequências do surgimento de explosões, inundações, desabamentos, deslizamentos e , principalmente, dos incêndios, que, sem olhar onde começavam, destruíam prédios da arquitetura da cidade, fossem eles públicos, comerciais, residenciais, de diversões públicas, religiosos, industriais ou de outros fins, causando destruições patrimoniais e ceifando vidas.*

## **2.2. - No Período Imperial**

*Em levantamentos históricos feitos, constatou-se que D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, era o Vice-Rei que recebeu a Família Real em 1808, cuja instalação se deu na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, onde D. João VI fez a sede da Monarquia Portuguesa.*

*Com esse episódio, a cidade começou a crescer, surgindo muitas construções que, de certo modo, eram feitas de madeira e armazenavam grande quantidade de materiais, vindo contribuir para o aparecimento de inúmeros incêndios, além de outros sinistros registrados.*

*Percebe-se, como relatado por muitos historiadores, que a Cidade do Rio de Janeiro, já estava em desenvolvimento, apresentando os problemas próprios da fase de crescimento, tais como: aparecimento de inúmeros prédios públicos, comerciais, de diversões públicas, feitos em madeira e sem nenhuma orientação preventiva. Nesse período, formavam o Serviço de Bombeiros vários órgãos, os quais forneciam seus funcionários para a execução dos serviços de extinção do fogo, ajudando uma às outras. Era-lhes facultado, também efetuar extinção em prédios incendiados, aparecendo conflitos que ocorriam entre as diversas autoridades que chefiavam as equipes, pois, as mesma achavam que seriam as detentoras direto da responsabilidade pelo controle e direção na extinção de incêndios, esquecendo, desse modo, que teria uma designação prévia, onde fora atribuído o dever ao Inspetor do Arsenal da Marinha. Esses impasses levaram o Inspetor a fazer várias Exposições de Motivos para o Ministério da Marinha, afim de que fossem esclarecidas as dúvidas e confirmadas às autoridades que era designada para fazer tal atribuição. Isso levou a ser feito, através de Aviso, Normas e Determinações para cumprimento imediato inclusive, criando Uniformes e Insígnias para se fazer distinção entre as autoridades presentes e que não mais houvesse dúvida quanto a responsabilidade de direção dos trabalhos na extinção de incêndios.*

*Na análise dos fatos anteriormente citado, observa-se que a grande maioria dos incêndios irrompiam à noite e que as dificuldades de iluminação eram também imensas, pela falta da mesma, em 12 de julho de 1788, em Ofício, o Vice-Rei Luís de Vasconcelos, determinou que todos os cidadãos deveriam iluminar a frente de suas casas, a fim de*

*evitar atropelamentos quando da passagem dos Apagadores de Incêndios naquela rua.*

*Este Ofício foi encaminhado ao Senado da Câmara, comunicando as providências tomadas que pareciam mais próprias para acudir com presteza aos incêndios naquela cidade e para evitar a confusão, que costumava haver em situações semelhantes e contando-se que quando sucediam à noite os incêndios, os moradores da cidade e seus escravos eram, muitas das vezes, atropelados pelos cavaleiros, que apressadamente caminham ao lugar do incêndio, desgraçadamente são pisoteados por causa da escuridão das ruas e para evitar esse inconveniente, foi ordenado por Luís de Vasconcelos que os componentes do Senado da Câmara determinassem aos moradores do Rio de Janeiro que logo tocasse fogo de noite, pusessem, cada um em cima das janelas ou portas das suas casas, uma luz de qualquer natureza que fosse, pois que assim ficava prevenidos sobre os inconvenientes e, além disso, com maior prontidão e menos confusão conduzir-se-ão ao lugar do incêndio tudo quando fosse preciso.*

*Em 12 de agosto de 1797, com o Alvará Régio, da Rainha de Portugal, D. Maria I, foi expressamente determinado ao Intendente do Arsenal de Marinha a responsabilidade sobre a extinção de incêndios na cidade e no mar. Data verdadeiramente dessa época o início do Serviço de Extinção de Incêndios realizado por um Órgão Público da Côrte.*

*Sabe-se que a Segurança Contra Fogo nos núcleos urbanos do Brasil-Colônia, e, conseqüentemente, da vida humana e*

*propriedades, dependia de uma série de fatores, dos quais o primeiro a ser apontado era o Serviço de Bombeiros. Este serviço, de acordo com os critérios de avaliação histórica recebeu o nome de Serviço de Extinção de Incêndios, que se confundiu com a sua própria missão que era a de extinguir incêndios na cidade do Rio de Janeiro e Subúrbios, daí o reconhecimento do Alvará Régio como o primeiro instrumento escrito da origem do Serviço de Bombeiros no Brasil, em face da preocupação de Sua Alteza Real, D. Maria I, com os incêndios ocorridos nos prédios públicos, comerciais, religiosos, de diversões públicas e residenciais.*

*O fato é tão evidente que, em 26 de outubro de 1808, através da Decisão n° 46, foi confirmada pelo Infante D. Pedro Carlos, a incumbência dada ao Intendente do Arsenal de Marinha, expressa no Alvará Régio de 12 de agosto de 1797, no qual declara que, a essa autoridade, competia dirigir pessoalmente a Extinção dos Incêndios na cidade do Rio de Janeiro, bem como suas atribuições e providências, tais como: levar bombas, marujos e escravos e água para o local do incêndio. Tornou assim, uma praxe, consignada em Lei (o Alvará Régio tem força de Lei), o comparecimento do Inspetor do Arsenal nos incêndios da cidade. Este fato fez surgir “uma espécie de Comandante”, na direção dos serviços de extinção de incêndios da época, pela necessidade de direção e controle nos trabalhos a serem desenvolvidos.*

*Com o aparecimento de diversos incêndios e outros sinistros na cidade do Rio de Janeiro, e na ânsia de apagá-los nos locais atingidos começou a surgir conflitos de autoridades, levando desse modo, o Inspetor do Arsenal de Marinha Francisco Antônio da Silva*

*Pacheco, a remeter um Ofício ao Ministro da Marinha Vilela Barbosa, com o intuito de deixar claras as suas atribuições. O Ministro Vilela Barbosa confirmou-lhe as suas atribuições, por ser praxe muito antiga, pois o Serviço de Extinção dos Incêndios da cidade era de competência do Inspetor do Arsenal de Marinha, desde o Alvará Régio.*

*A Côrte, em 18 de agosto de 1821, aprovou o Decreto regulando as atribuições que cabia a Secretaria de Estado da Justiça, na qual ficaram pertencentes as expedições de nomeações dos cargos e funções, bem como os relativos à Segurança Pública.*

*Os primeiros atos reguladores do funcionamento da Administração do Império foram Portarias e Avisos Ministeriais.*

*Os autores pesquisados consignam o Alvará Régio como documento n° 1 para o entendimento da criação do Corpo de Bombeiros, no qual transporta de Lisboa para a Côrte no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, as mesmas atribuições do Reino em Portugal, de acordo com o que se verifica nos Almanques da Cidade do Rio de Janeiro, do período de 1792 a 1797. O Visconde de Cairu enumera, como uma das benemerências da Rainha D. Maria I, o Alvará Régio de 12 de agosto de 1797, com força de lei, ampliando as atribuições do Intendente do Arsenal de Marinha quanto a extinção dos incêndios na cidade do Rio de Janeiro, em sua jurisdição.*

*Os impasses jurisdicionais continuaram, impedindo um bom trabalho do Inspetor do Arsenal, Capitão-de-Mar-e-Guerra Antonio Pedro de Carvalho, fato levado ao seu Ministro, em Ofício datado de 3*

*de julho de 1845. Como consequência, o Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz, expediu o Aviso de 26 de julho de 1849, decidindo que o Combate a Incêndios seria dirigido pela patente mais alta que se encontrasse no local do fogo. O inspetor, respondendo em ofício, ponderava ao Ministro que, de princípio, nenhuma lei o obrigava a comparecer pessoalmente aos incêndios em terra. Que se tratava de uma praxe que não vinha de Lisboa, mas que fora estabelecida pelo seu antecessor, porque “gostava de ir aos fogos” não constituindo no entanto uma obrigação o que bem se demonstrava por não possuir ele carruagem como seu antecessor “pois não é de supor que o inspetor fosse obrigado a acudir a pé aos incêndios nos pontos extremos da cidade”.*

*Em 20 de maio de 1850, o novo Inspetor do Arsenal de Marinha da Côrte, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Joaquim José Ignácio, não concordando com o disposto pelo Ministro da Justiça, declarou categoricamente que as atitudes feriam muito a dignidade de sua Corporação. Diante desse impasse, em 26 de março de 1851, fez uma Exposição de Motivos ao seu Ministro da Marinha, Conselheiro Manoel Vieira Torta, na qual mostrou a pouca importância do seu comparecimento nos incêndios, devido a dificuldade de locomoção e sugeriu que a direção dos trabalhos de Extinção de Incêndios deveria ser de responsabilidade do Diretor de Obras Públicas, o qual deveria se servir de um Corpo Armado próprio. Essas declarações foram feitas em face das circunstâncias apresentadas naquela época e que muito aborreceram àquele Inspetor.*

*Até meados do Século XIX, a Capital do Império não possuía um serviço organizado para combater incêndios, sendo esse realizado pelos funcionários do Arsenal de Marinha, os quais tinham prática de extinguir fogo em suas embarcações, devido a precariedade dos recursos e processos utilizados para extinguir ou limitar o fogo que irrompesse em qualquer prédio da cidade. O sinal de incêndio era dado por 3 tiros de peça de artilharia de grosso calibre, disparados do alto do antigo Morro do Castelo, com intervalo de 5 minutos. Quando a cidade se ampliou, cresceu e se desenvolveu, foram adotados toques pelos sinos das Igrejas. Para indicar a Freguesia onde lavrava o incêndio, o Sino Grande da Igreja de São Francisco de Paula dava badaladas convencionais. Acudia grande parte da população com os seus serviços de escravos para carregarem água do chafariz mais próximo, em baldes de couro, barris, pipas e talhas. Vinham os aguadeiros com suas pipas ou carroças. Já no tempo dos Vice-Reis, existiam tocadas a braços de voluntários ou de escravos que produziam um tême esguicho, quando havia água.*

*O sino que durante 3 longos e impassíveis séculos sobre os seus ouvidos, como sobre os seus nervos, malharam incansavelmente, desapiedadamente, falando-lhes num verdadeiro delírio de impertinência e constância, ora de Deus, ora dos próprios homens, bateu muito, batia sem prudência e sem descanso, e bateu tanto, que até nem souberam como não ensudeceram de vez, todos os ouvidos pelo tempo. Foi sempre entre os moradores do Rio de Janeiro uma espécie de gazeta de bronze, gazeta da cidade, órgão oficial da igreja, espalhando em edições gratuitas lançadas aos quatro ventos, de hora em hora, de minuto em*

*minuto, os mais variados e polpudos informes sobre o que ia aos poucos ocorrendo na cidade colonial.*

*Depois disso os sinos repousavam. O sino tocava sempre anunciando tudo em badaladas vigorosas. Por vezes, à noite, enviam-se toques violentos, em rebate. Já se sabia, era fogo.*

*Ponham as luzes à janela! A ordem era do Senado da Câmara para que os socorros no labirinto das vielas desprovidas de iluminação não se chocassem, prejudicando o serviço de extinção de incêndio. Os aguadeiros, homens de balde e os das carroças d'água, à toda, vinham por sua vez, gritando pelas ruas: luzes! Luzes! E o sino a dançar, nervosamente, na sua saia de bronze, não descansava. Não fosse ele e a cidade, talvez, ardesse toda. Incansável e barulhenta sentinela!*

*Na ocorrência do incêndio, as badaladas convencionais do sino grande da Igreja de São Francisco de Paula eram: 1 toque indicava que o fogo se localizava na Freguesia do Sacramento; 2 toques indicavam que a Freguesia era de São José; 3 toques eram indicações para a Freguesia da Candelária e assim por diante, até a última Freguesia. Dos sinos que constituíam o campanário da Igreja de São Francisco de Paula, 2 foram credores de menção especial: o Vitória e o Aragão. Talvez haja quem ignorasse que em muitos casos, como nesse, os sinos também tivessem nome que os distinguiam dos demais. O Vitória era o sino maior da Igreja de São Francisco de Paula. Na época, era o Vitória utilizado para anunciar o incêndio. Rompesse um fogo em qualquer parte da cidade e o sino grande dava o sinal de alarma. O*

*número de badaladas espaçadas indicavam a Freguesia onde era o incêndio, conforme mencionado acima. Somente depois do sinal inicial indicando o local do fogo, desandavam a dobrar e rebater tanto o próprio Vitória como os sinos da Igreja Paroquial da Freguesia onde houvesse o fogo.*

*Durante o incêndio, também, permanecia içada uma bandeira vermelha num mastro do Morro do Castelo, sendo essa flâmula substituída à noite por uma lanterna da mesma cor.*

*Mais tarde, concorriam para auxiliar o serviço de extinção os operários dos 2 Arsenais, os soldados da Polícia, os Marinheiros dos navios atracados no porto.*

*Com os meios tão primitivos, não é de espantar que, em regra geral, o fogo consumisse não só o prédio em que irrompera, como as casas vizinhas. De admirar é que não devorasse quarteirões inteiros e não fossem mais freqüentes os sinistros dessa natureza. O mais que se podia esperar dos recursos de que se dispunha a cidade era que fosse contida a propagação das chamas. Os serviços de socorros, mais ou menos improvisados, eram feitos no meio de grande atropelo e confusão. Para atenuar os inconvenientes resultantes da escuridão das ruas, Luís de Vasconcelos baixou uma ordem determinando que todos os moradores da cidade, quando de noite ouvissem “tocar fogo”, pusessem imediatamente às portas e às janelas de suas residências uma luz, “de qualquer qualidade que seja”<sup>1</sup>, para iluminar a passagem dos que se ocupassem em acudir ao incêndio.*

---

<sup>1</sup> COARACY, Vivaldo. Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. p..258.

*A pessoa que primeiro desse aviso de um incêndio à autoridade, indicando a Freguesia, rua e prédio, recebia uma gratificação.*

*De acordo com as posturas municipais então vigentes, os donos ou condutores de veículos eram obrigados a prestar os serviços que deles fossem exigidos e, bem assim, a emprestar os animais, se necessário.*

*As lojas que vendiam utensílios ou artigos de utilidade ao serviço de extinção do fogo eram também obrigados a fornecê-los à requisição da autoridade, e os aguadeiros a se apresentarem imediatamente no local do incêndio com as suas pipas cheias d'água. Também os vizinhos do prédio sinistrado tinham a obrigação de mandar logo um escravo com um barril d'água para apagar o fogo, sob pena de multa de 4\$000.<sup>2</sup>*

*Segundo informa Mário de Moraes<sup>3</sup>, os incêndios eram extintos de maneira mais rudimentar possível; os voluntários, postados em fila, faziam o transporte de baldes d'água até o local onde granava o fogo. Toscas escadas de madeira serviam para retirar os moradores dos prédios mais altos, bem como os móveis ainda não atingidos pelas chamas (quando não eram atirados pelas janelas, de qualquer maneira).*

---

<sup>2</sup> DUNLOP, Charles J. Rio Antigo. p. 47.

<sup>3</sup> MORAIS, Mário de. A cidade do Rio de Janeiro. p.63 .

*Com a continuação da eclosão dos diversos incêndios, começaram a surgir inúmeros problemas com o Serviço de Extinção de Incêndios, principalmente devido as várias seções dos mais diversos órgãos que existiam, D. Pedro II, baseado nos fatos narrados pelo Inspetor do Arsenal de Marinha, em 2 de julho de 1856, através do Decreto nº 1775, organizou o Serviço de Extinção de Incêndios, reunindo numa só Corporação as diversas Seções de "Apagadores de Incêndios" que existiam nos Arsenais de Guerra e de Marinha, Repartição de Obras Públicas e Casa de Correção, sendo assim mais um passo para ser organizado com propriedade o Corpo, subordinando-o ao Ministério da Justiça.*

*Existiam então, 4 seções, que se subdividiam em turmas, subordinadas a chefes, nomeados pelos comandantes das respectivas seções.*

*As seções se compunham de 130 homens, assim distribuídos:*

- 1. Seções da Repartição de Obras Públicas, com 40 bombeiros, sendo 20 efetivos e 20 adidos; e*
- 2. Seção da Casa de Correção, com 60 africanos livres.*

*As 2 Seções de Obras Públicas foram instaladas: uma no pavimento térreo do edificio que lhe servia de Secretaria, na rua Senhor dos Passos e a outra num armazém da mesma repartição, no Largo da Carioca.*

*Sentindo o caráter “Provisório” do Corpo, pouco ou nada resolvia os problemas existentes, o Imperador D. Pedro II aprova e manda estabelecer um Regulamento para o Corpo de Bombeiros, através do Decreto nº 2587 de 30 de abril de 1860, em que observava que a Corporação seria composta de 5 seções, próprias e auxiliares, com o fim principal de Extinção de Incêndios, e, porém, sendo necessário, o Governo Imperial poderia empregá-lo em coadjuvar a Força Pública. O Serviço se tornou obrigatório pelo espaço de 4 anos. Com tal Decreto, tornava-se definitiva a organização do Corpo de Bombeiros da Côrte, passando sua subordinação à jurisdição do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, na data de 16 de fevereiro de 1861, cujo primeiro titular e organizador foi o Almirante Joaquim José Ignácio. Pode-se afirmar, sem sombras de dúvidas, que a organização do Corpo de Bombeiros decorreu de bom senso, pertinácia e tino administrativo de um extraordinário brasileiro, que, mais tarde, tornou-se, graças aos seus méritos, conhecido como Visconde de Inhaúma.*

*Todas as despesas, tanto de ensino, alimentação e fardamento das praças, como de compra, conservação e reparo de materiais de cada seção, eram custeados pelos Ministérios a que pertenciam as mencionadas seções.*

*Embora pelo Decreto que organizou o Corpo Provisório de Bombeiros, devesse dele fazer parte a Seção do Arsenal de Marinha, deixou esta de ser incorporada, logo na instalação, por não estar ainda seu contingente definitivamente alistado (somente seria ativada quando completasse o efetivo das demais seções).*

*Apesar de transcorrido mais ou menos 5 anos, a Exposição de Motivos do Capitão-de-Mar-e-Guerra Joaquim José Ignácio, Inspetor do Arsenal de Marinha, apresentou os primeiros resultados positivos, tendo o Ministro da Justiça, baseado nos fatos narrados naquele documento, elaborado o Decreto Imperial n° 1775, assinado pela Sua Majestade o Imperador D. Pedro II. Este Decreto, além de reunir numa só administração as seções existentes nas diversas repartições, constou as características dos homens que a compunha, os quais seriam operários ágeis, robustos, moralizados e preferencialmente os mais habilitados e detentores de ofícios*

*Acompanhando o Regulamento, algumas Normas de Posturas Municipais foram publicadas, relativas aos trabalhos de Extinção de Incêndios que, pelo valor documental não se pode deixar de mencioná-las.*

*Os fatos diversos que se referem ao item acima ofereceram motivos sérios para exigirem a mais desvelada atenção dos poderes públicos, mesmo na falta de uma estatística bem acurada, que de certo havia de contribuir para carregar as cores do quadro apresentado.*

*Sobreleva-se entre eles a insuficiência do Serviço de Incêndios para proteger os prédios públicos e particulares tão numerosos que já contavam com grandes núcleos populacionais.*

*O estudo feito sobre bombeiros, reduz a 3 medidas que se reclamam para uma melhor eficiência: organização que, de acordo com*

*as necessidades atuais, defina e torne mais eficaz as atribuições para a extinção de incêndios; força suficiente, com bombeiros que se dediquem exclusivamente ao cumprimento de seus deveres; e meios pecuniários, pois que já se tem evidentemente demonstrado a exiguidade dos atuais.*

*Ao Ministério dos Negócios da Justiça cabia, fundamentalmente, como pode verificar-se, na reforma apresentada, cuidar dos assuntos de Extinção de Incêndios, assim foram arrolados como órgãos inicialmente integrantes, a Casa de Correção, Corpo de Bombeiros, além de outros.*

*A Cidade do Rio de Janeiro no fim do século XIX, embora continuasse com grande centro polarizado de economia, como já o fazia desde os primórdios do Brasil-Colônia, não passava ainda de uma cidade de dimensões medianas, mas já possuindo um centro cultural-histórico bastante evoluído, bem como um centro comercial amplo e pujante, com estabelecimentos grossistas e varejistas, bairros periféricos dispersos e interligados precariamente. As construções, mesmo as das zonas mais desenvolvidas, eram praticamente coloniais de pedra e cal, com largo uso de madeiras, circunstância que deu origem e facilitou a propagação de memoráveis incêndios, que causaram grandes prejuízos, inclusive numerosas mortes.*

*Não tendo surtido efeito desejado a Extinção de Incêndios pelo Arsenal de Marinha no século passado, pois o mesmo não possuía equipamentos necessários, emoras seus conhecimentos teóricos básicos fossem bons, viu-se o Imperador compelido a organizar um Corpo Provisório de Bombeiros regular e integralmente responsável, para*

*tranquilizar os proprietários da época, grandes ou médios, e evitar a ocorrência de grandes e assustadores incêndios.*

*Quando foi reorganizado o Corpo de Bombeiros, em 1860, na Cidade do Rio de Janeiro, este possuía um pequeno efetivo, sob o comando do Major EB João Baptista de Moraes Antas, com um bom acervo de combate a incêndio para a época. O efetivo era bastante reduzido e o material insuficiente, situação que perdurou até a Proclamação da República.*

#### **2.2.1 - Decreto Imperial n° 1775, de 2 de julho de 1856**

*Mesmo com a existência, ordenando ao Intendente do Arsenal de Marinha a responsabilidade quanto a extinção de incêndios que ocorressem na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e no mar, o Serviço de Bombeiros, assim originado, não atendeu a demanda do aparecimento dos incêndios que destruíam os importantes e valiosos edifícios da época colonial.*

*Diante das destruições provocadas pelos incêndios, bem como pela insuficiência dos meios disponíveis para a execução do serviço atribuído ao Arsenal da Marinha, inúmeras autoridades e proprietários, preocupados com seus patrimônios, começaram a cobrar diretamente ao Vice-Rei da Província, Luis de Vasconcelos.*

*Recebendo as reivindicações e, também, tentando resolver ou mesmo minimizar a situação, Luís de Vasconcelos procedeu a uma estruturação do Serviço de Extinção de Incêndios. Para tanto, dividiu a*

*Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em Freguesias para melhor atender as ocorrências de fogo, ficando cada uma adstrita a uma área de proteção sob responsabilidade de um chefe. Assim, o Serviço de Extinção passou a ter organização e melhor evolução, tornando-se mais importante e influente na vida da comunidade.*

*No contexto desta organização foram instalados alguns quartéis e adquiridos vários materiais, os quais foram estabelecidos e armazenados nas diversas repartições públicas existentes.*

*Verificando que, mesmo com essas medidas, não estavam sendo atendidas algumas recomendações, Luís de Vasconcelos, analisando todos os aspectos negativos para a extinção de incêndios, estabeleceu em Lei que os proprietários de carroças eram obrigados a deixá-las cheias à noite, bem como levá-las ao local do incêndio, para tanto, eram recompensados, através de pagamento de certa quantia, pela prestação do serviço. Aqueles que desobedecessem a tal requisito eram penalizados com multa.*

*Também na mesma lei foi criado o Serviço de Rondas, principalmente à noite, sendo este trabalho executado pelos aguadeiros, hoje, denominados bombeiros.*

*Sentindo as deficiências existentes na execução dos serviços, tais como : inexistência de serviço de abastecimento d'água , falta de iluminação , ineficiência dos materiais usados no combate ao fogo, além de outros, o Vice -Rei Luis de Vasconcelos fez uma exposição de motivos ao Imperador D.Pedro II, mostrando a*

*necessidade de organizar e estruturar o Serviço de Extinção de Incêndios para atender melhor as ocorrências.*

*Atendendo a conveniência de melhorar cada vez mais o Serviço de Extinção de Incêndios na Capital do Império, bem como por influência sentida quando de sua participação no combate do incêndio que destruiu o Teatro São João, o Imperador D. Pedro II, acha por bem regulamentar o mencionado Serviço, aprovando o Decreto nº 1775 em 2 de julho de 1856, dando, desse modo, organização ao Serviço de Extinção de Incêndio.*

*Neste Documento Legal , sua Majestade, o Imperador D. Pedro II regulamenta a execução , organização e estrutura do Serviço de Extinção de Incêndio, enquanto não fosse criado definitivamente um Corpo de Bombeiros.*

*Na análise feita , nesta disposição, observa-se que muitos bombeiros interpretam que o Decreto Imperial nº 1775 criou o Corpo de Bombeiros, onde na realidade constata-se enganos quanto as redações encontradas em diversos trabalhos monográficos e publicações com referência a História do Corpo de Bombeiros, pois o referido dispositivo legal não criou , não institui, simplesmente deu regulamento ao Serviço já existente.*

*Na verdade, a criação do Corpo de Bombeiros não se deu conforme desejam muitos historiadores e pesquisadores, pois, na análise de seu aspecto legal, em nenhum momento, a legislação expressa criar, instituir, ou fica criado ou instituído.*

*Deve-se, também, observar que, nos termos que alguns querem, o Alvará Régio criou o Serviço de Extinção quando ordenou ao Intendente a responsabilidade de manter prontas as bombas e os materiais para a Extinção de Incêndio na Cidade e no Mar.*

*Contudo, sabe-se que no mesmo decreto, o Imperador D. Pedro II deu estrutura do futuro Corpo Provisório de Bombeiros, com as seções a serem criadas, também, determinou a composição do comando a seus auxiliares, além de mencionar o uso de uniforme, subordinação e algumas disposições para evitar que outros impasses entre as autoridades viessem acontecer e conturbar a Administração Imperial.*

*Como foi analisado , sentindo o caráter “Provisório” do Corpo de Bombeiros, o Imperador D. Pedro II aprova e manda estabelecer em outro Regulamento, através do Decreto nº 2587, de 30 de abril de 1860, em que a Corporação seria composta de seções , próprias e auxiliares , com o fim principal de extinção de incêndios e, porém , sendo necessário, o governo poderia empregá-lo em coadjuvar a força pública.*

*É de se perguntar como dá regulamento a uma Instituição que não foi criada? Evidentemente, nota-se que o Imperador D. Pedro II reconheceu a existência de um Serviço de Extinção de Incêndios que, teve sua origem em 12 de agosto de 1797 com o Alvará Régio que, direcionou ao Arsenal da Marinha a responsabilidade por tal serviço.*

*Vale lembrar que, levado pelo erro, o Sr. Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, decretou como Dia do Bombeiro, o*

*dia 2 de julho e a semana que o antecede como Semana de Prevenção de Incêndios.*

*Esse erro foi induzido, evidente, sem vontade dirigida, pois as autoridades da época interpretaram que o Decreto nº1775, de 2 de julho de 1856, criou o Corpo de Bombeiros, mas, na realidade, apenas, deu regulamentação ao Serviço de Extinção de Incêndios, já existente. Como pode-se considerar a criação do Corpo de Bombeiros com o respectivo Decreto, onde, o Imperador D. Pedro II manda criar definitivamente o órgão?.*

*No decorrer do tempo, no Rio de Janeiro, com o surgimento dos impasses jurisdicionais ocorridos entre as autoridades detentoras de Chefias dos diversos órgãos públicos, bem como a ocorrência, em número elevado, de incêndios, além da demonstração de habilidades práticas que possuíam os funcionários do Arsenal da Marinha e pela necessidade premente de regulamentação do Serviço de Extinção de Incêndios, já existentes, considerando as perdas patrimoniais e vidas ocorridas, tudo consignado na Exposição de Motivos, onde o Imperador D. Pedro II, através do tão comentado e importante Decreto Imperial nº 1775, de 2 de julho de 1856, regulamentou o Serviço de Extinção de Incêndios, consubstanciando o Ato e mandando denominar, o então Serviço de Extinção, de Corpo Provisório de Bombeiros que, posteriormente, recebeu a denominação de Corpo de Bombeiros porque assim entenderam as autoridades que o termo "Provisório" de nada adiantava ou resolveria os problemas existentes.*

*Convém lembrar que o mencionado Decreto previu a criação de seções próprias e auxiliares, localizadas em vários órgãos públicos ( Arsenal da Marinha, Arsenal de guerra, Casa de Correção e Repartições de Obras Públicas), mas, concentrando, somente a uma, a responsabilidade da extinção de incêndios, conforme os fatores e causas já mencionados.*

*Cumprindo as determinações contidas no referido Decreto Imperial, depois de providenciado a reorganização do Corpo Provisório de Bombeiros, passados os anos, teve seu segundo regulamento publicado através do Decreto nº 2587, de 30 de abril de 1860 . Tal providência foi tomada pelo Diretor Geral do Corpo de Bombeiros, Joaquim José Ignácio.*

*O Regulamento decretado, conforme legislação acima mencionada, teve como fim a normatização das atividades desenvolvidas na extinção do fogo, dando nova feição e ordem ao Serviço de Extinção pela mudança de denominação recebida.*

*Desde a sua origem , há quase 200 anos, com a denominação de Serviço de Extinção de Incêndios no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, o Corpo de Bombeiros atua no sentido de dar cabal cumprimento a sua destinação legal de proceder a estudos, planejar, orientar e coordenar as atividades de Combate a Incêndios e Salvamento, além de outros serviços.*

*O cumprimento das missões, não tem sido tarefa fácil. No passado, pelo que se pode analisar na pesquisa, foram inúmeras as*

*dificuldades enfrentadas, que repousaram, basicamente, na falta de prevenção, nos tipos de construções, na incompreensão das autoridades, nos ataques, nas falta de materiais, equipamentos e viaturas, no preparo técnico dos componentes do Arsenal da Marinha, bem como no seu reduzido efetivo, além do auxílio do relevo local favorecendo o surgimento de inundações e desabamentos, no fato de ser, desde o seu surgimento, o Serviço de Extinção de Incêndios, subordinado ao Arsenal da Marinha, contrariando a subordinação histórica, mentalidade vigente e ausência do espírito de união e de força. Atualmente, porém, as dificuldades não se relacionam mais a estas incompreensões de caráter funcional e sim devido à complexidade dos campos de atuação, condições econômico-financeiras e outros.*

### **2.2.2 - Decreto nº 8337, de 17 de dezembro de 1881**

*Neste decreto, sua Majestade o Imperador D. Pedro II, em atendimento à conveniência de melhoria do Serviço de Extinção de Incêndios, na Capital do Império, reorganiza o Corpo de Bombeiros da Côrte, com a finalidade de combater incêndios na Cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios.*

*Conforme o que consta no mencionado decreto, constata-se que há uma continuidade no uso da expressão Serviço de Extinção de Incêndios, corroborando com a idéia inicial de que o Decreto nº 1775, de 2 de julho de 1856, não deu criação ao Corpo de Bombeiros, mas iniciou a organização de um instituto já existente desde o Alvará Régio de 12 de agosto de 1797.*

*Além da reorganização, semelhante a existente no Batalhão de Engenheiros do Exército, introduziu a figura do Estado-Maior, o qual ficaria dentro da própria estrutura da primeira seção que, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 2º do referido Decreto nº 8337, teve sua organização estabelecida, inclusive, com o Comandante e seu quadro de efetivo, totalizando entre Oficiais e Praças, 98 homens*

*Porém, as seções organizadas, em número de três, foram consideradas “ seções auxiliares”, com subordinação direta ao Diretor Geral do Corpo de Bombeiros, quando deslocadas para o lugar de ocorrência do incêndio, pois, tais seções foram as já existentes nos Arsenais da Marinha e de Guerra. Apenas, reestruturou-as, vez que já possuíam vida.*

*O Decreto supra mencionado, também, estabeleceu a discriminação do pessoal que compunha o quadro das seções bem como suas estruturas, além de indicar os locais de instalação das estações, distribuindo-as em três localidades, assim distribuídas : bairros de São Cristóvão, Catete e Alfândega. Tais medidas foram tomadas, tendo em vista os fatores contribuintes: residência do Imperador, maior quantidade de estabelecimentos comerciais, guarda e depósitos dos bens da Côrte.*

*O efetivo foi aumentado para trezentos homens.*

*Tal decreto mantém, em sua maioria, as mesmas prescrições contidas nos decretos anteriores que organizaram o Serviço de Extinção de Incêndios, como nomeação de Diretor Geral,*

*distribuição do efetivo, uniformes atribuições e deveres para cada função ou componente, bem como deve ser exercido o serviço e o auxílio recebido de forças paralelas.*

### **2.2.3 - Decreto n° 9829, de 31 de dezembro de 1887.**

*Este Decreto não foi assinado pelo Imperador D. Pedro II, mas pela Princesa Imperial Regente D. Teresa Cristina, usando das atribuições conferidas pela Lei n° 3349, de 20 de outubro de 1887.*

*A prescrição contida no referido Decreto é Reformar o Corpo de Bombeiros da Côrte, através do Regulamento que com ele baixou, onde dá incumbência ao Corpo de Bombeiros pelo Serviço de Extinção de Incêndios, na Cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios.*

*Além dessa incumbência dada ao Corpo de Bombeiros, o Decreto n° 9829 organizou a Corporação em Estado Maior, Estado Menor e quatro Companhias, ficando os dois Estados incluídos na primeira companhia, além de prescrever o possível emprego em caso de guerra, como Corpo de Sapadores ou Pontoneiros, com a estrutura de um Batalhão de Engenheiros.*

*Dentro do Regulamento, também, foi dada a atribuição de Salvamento de Pessoas, em caso de incêndios, para os componentes do Corpo de Bombeiros. Ainda, foram evidenciadas, além da finalidade e organização, pessoal e graduações militares, nomeação dos oficiais, alistamento, vencimentos, penas por transgressões, recompensas e licenças. Consta-se, entretanto, as instruções para desempenho dos*

*deveres , a composição dos materiais necessários, bem como os devidos cuidados, aquisição, uniformes, escrituração de documentos e outros.*

*Outrossim, necessário se faz registrar a criação da caixa beneficente, seu funcionamento e finalidade, além de assuntos pertinentes a organização do Corpo de Bombeiros.*

*Vê-se que, até o presente Decreto, em momento algum, foi utilizado as expressões portuguesas Cria, Fica Criado, Institui, Fica Instituído, como expressa o artigo 84, do mesmo Decreto, quando diz: “fica creada no Corpo de Bombeiro uma Caixa de Beneficência ....”*

*O efetivo previsto no Regulamento do Decreto n.º 9829, ora em análise, foi de 100 homens, distribuídos entre oficiais e praças.*

### **2.3 - No Período Republicano ( 1889 - 1960 )**

*Variados foram os incêndios e sinistros ocorridos nesse período, face ao desenvolvimento urbano e as atividades humanas que eram desencadeadas. Também, inúmeros são os fatos que aconteceram no transcorrer dessa época.*

*Também, menciona-se que o Corpo de Bombeiros já possuía as seguintes Estações e Postos de Serviços de Extinção a Incêndios:*

*a. Estação do Norte ou da Gamboa - Iniciada a sua construção no ano de 1882, sendo concluído e inaugurado em dezembro*

de 1883. O prédio ocupou o terreno cedido pela antiga Estação de Ferro D. Pedro II junto à Estação Marítima na Gamboa.

b. Estação do Sul ou do Catete - Autorizada pelo Aviso n° 19, de 28 de dezembro de 1881, sendo edificada em 1882, em terreno para esse fim adquirido na Praça de São Salvador, servindo ao bairro do Catete.

c. Estação de Este ou da Alfândega - Autorizada pelo Aviso de 30 de junho de 1881, sendo instalado num pequeno compartimento da Alfândega, cedido pelo Ministro da Fazenda e inaugurada em 30 de novembro de 1881.

d. Estação do Oeste ou de São Cristovão - Iniciada sua construção em 1884, vindo funcionar em 1 de junho de 1887, na rua de São Cristovão, em terreno do antigo Matadouro.

e. Estação do Noroeste ou de Vila Isabel - Foi autorizada pelo Aviso n° 6, de 25 de fevereiro de 1888, sendo iniciada sua construção para servir ao bairro de Vila Isabel e suas adjacências, em terreno situado na rua 8 de Dezembro, esquina com a rua Jorge Rudje, doado ao Estado do Rio de Janeiro pelo Sr. Elias Dias Novaes. Sua inauguração se verificou no ano de 1892.

f. Estação do Sudoeste ou de Humaitá - Sua instalação verificou-se em 15 de novembro de 1896, na rua Humaitá, nos prédios n° 44 e n° 46, para atender aos bairros de Botafogo e Jardim Botânico.

*A expressão Estações equivale ao que, hoje, chama-se de Repartições Públicas.*

*No tempo da tração animal, os bombeiros já primavam pela presteza no atendimento, a despeito das dificuldades inerentes à*

*rusticidade do socorro. Ao toque do brado, os muares eram atrelados em 15 segundos e a saída do material era realizada antes de completar 1 minuto.*

*Com o advento do automóvel e a aquisição de veículos para servirem ao Corpo de Bombeiros em seus serviços essenciais, pois já havia necessidade, o Socorro completo era formado por 14 carros. O comboio era assim formado: Primeiro vinha o Rápido que era o carro de manobras, depois seguiam em coluna os carros da primeira prontidão. Esse socorro era constituído pelo Carro Bomba, conduzindo o Oficial Chefe de Socorro, o corneteiro, o empregado de hidrante e o maquinista, sendo que o último, ao partir, já acendia a fornalha com carvão, para que houvesse pressão na bomba a vapor quando chegasse ao local do incêndio. Seguia o Carro de Carvão, o Carro de Escadas (Prolongáveis, Assalto e Gancho); o Carro de Material, conduzindo o “Pára-Quedas” e a “Manga de Salvamento” e ferramentas diversas; o Carro de Transporte de Pessoal, a Escada Mecânica Manual e a Ambulância, conduzindo o médico de serviço. Havendo necessidade, seguia a segunda Bomba a Vapor e mais veículos de transporte de pessoal e de material. Ainda compareciam as Caleças (Pequenas Charretes) uma conduzindo o Comandante e a outra o Inspetor (que era função de Subcomandante). Esta lógica de atendimento, ressaltadas as imprescindíveis modificações, permaneceu por muito tempo.*

*Dentre as necessidades mais urgentes da Corporação reportava-se o então Comandante Coronel Dr. Adalberto Cardoso de Aguiar, “era, inicialmente, à transformação do material existente na Corporação”. A esse respeito externava a sua estranheza ante o fato de*

*se continuar adotando ainda no Corpo tração animal, o que atribuía apenas a uma medida de economia, pois a natureza dos serviços, cujo êxito dependia da velocidade dos veículos e da rapidez da ação, clamava pela adoção imediata dos veículos automotores. Seria apenas medida de economia o que retardava a mudança de tração motora ou outro motivo. Seria mais provável que o arraigado espírito conservador da época não admitisse tal reforma, apresentando como justificativa que o animal não estava sujeito aos enguiços tão naturais em um motor à explosão ou que com a tração animal o socorro podia tardar, mas chegava sempre.*

*Em defesa de sua tese, afirmava o então Comandante: “que a tração mecânica já tinha sido introduzida na Assistência Pública, com resultados altamente satisfatórios, sem se encontrar um embaraço sequer na execução de seus serviços, garantidos, exclusivamente, pela rapidez das suas viaturas”. Finalmente, concluía o referido Coronel: “já é tempo, portanto, que a reação se faça e se transforme por completo o material do Corpo, introduzindo-se o sistema geral de tração mecânica. Retardar essa medida será esquecer a defesa das vidas e os interesses da população, que nos estão confiados”. Sintetizando suas idéias, o Coronel Cardoso de Aguiar elaborou e encaminhou ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça um Plano Geral das medidas que julgava necessárias para a completa e definitiva Reorganização do Corpo de Bombeiros da Capital Federal. Entre essas medidas podem apontar-se como mais importantes as seguintes:*

- 1. Com referência ao pessoal, pedia ele o aumento de efetivo das companhias; a instituição de 2 escolas, uma técnica para*

*Oficiais e outra para as Praças, divididas em 2 classes, primária e secundária, e a organização do Corpo de “Chauffeurs”;*

*2. Quanto ao material de incêndio, dizia ele “ser uma necessidade urgente a aquisição de 25 bombas automotoras, de 25 carros para transporte de pessoal e material, de 20 caminhões, de 25.000 metros de mangueiras, de 1.760 caixas avisadoras e instalação de 88 circuitos de avisadores de incêndio”.*

*O plano era grandioso demais e importaria numa despesa bastante elevada para o erário público, por isso, sugeriu o então Comandante fosse o plano executado parceladamente em 7 exercícios financeiros.*

*Do que acima relata-se, compreende-se que o Relatório do Comandante Cardoso Aguiar, em seu primeiro ano de comando, foi todo ele um grito de alerta dirigido ao Governo, mostrando-lhes a situação precária em que se encontrava o Corpo de Bombeiros, que, no seu dever, achava-se obsoleto, atrasado e não mais correspondia às exigências da cidade.*

*Registra-se, ainda, na gestão desse dinâmico administrador a criação das duas primeiras Escolas da Corporação, que tiveram o seu funcionamento iniciado em 1 de setembro de 1912. Foram elas: Escola Regimental que teve como primeiro diretor o Alferes Ormino Rocha e era dividida em duas classes, Curso Primário e Curso Médio; e a Escola para instruir os Segundo Sargentos e Furriéis Maquinistas, sobre condução, mecanismo, funcionamento e reparos de urgência de automóveis. Esta instrução fora instituída graças a previsão de*

*Comando sobre a breve chegada das bombas automotoras e a substituição inadiável da tração animal pela tração mecânica. Aliás, esta previsão, justificou também a sua resolução sobre o abono da diária de 3\$000 para o Chefe da Oficina e Instrutores e 2\$000 para os demais “Chaufeurs”, visando preparar um bom corpo desses especialistas.*

*A Ordem de Serviço nº 119, de 30 de maio de 1913, publicada no Boletim Geral do Comando do Corpo de Bombeiros da Capital, determinou que, a partir de 1 de junho do mesmo ano, iniciasse o serviço de socorro com veículos motorizados, substituindo-se assim os de tração animal. A primeira frota estava assim constituída: 5 Bombas Automotoras, 5 Carros de Transporte de Pessoal e Material, 3 Auto-Escada-Mecânicas, 7 Carros Pessoais, 1 Carro com Guindaste, 1 Auto-Ambulância e 4 Auto-Caminhões, observando-se a constituição dos escalões do material da primeira prontidão, assim discriminados: 1º Socorro - Automóvel; 2º Socorro - Misto e 3º Socorro - Automóvel, que, também seria o Reforço. Em 1 de junho iniciou-se uma nova era no Corpo de Bombeiros: A Era da Tração Mecânica. Daí em diante o galopar dos cavalos, seria, gradativamente, substituído nas ruas da cidade, pelo ronco possante dos motores dos Carros de Bombeiros.*

*Os bombeiros do tempo do Império exerciam a profissão de forma árdua e com todos os percalços inerentes a esse tempo. O relato do célebre escritor Paulo Coelho Neto<sup>4</sup> numa crônica é contundente. Dizia ele:*

---

4 NETO, Paulo Coelho. Crônicas. 32 p.

Os Bombeiros. Eu ainda os vi, a esses heróis. Antes da gasolina eram os muares, os famosos muares bombeiros, que dormiam arreados e, ao primeiro toque de alarma, lançavam-se, de motupróprio das baias, correndo os varais e sôfregos para a partida. Era uma fúria a corrida desses animais aderencados para o serviço que exerciam. Antes, porém, os Bombeiros da cidade, instalados em verdadeiros casebres, com um aparelhamento rudimentar quando os sinos, ao tronar soturno do Aragão, entravam a badalar em freima anunciando o fogo, arrastavam, eles próprios, a bomba, estendiam-lhes os tirantes, e enfileirando-se neles, partiam, em corrida, ruas afora, precedidos pelo Oficial que os comandava. E na corrida desnorteada, guiando-se pelo fumo que subia em rolos, tismado os espaços ou então por informações do povo, que lhe dizia: 'É em tal rua, em tal ponto ... ' lá iam os coitados e, quando chegavam ao local do sinistro, pondo os bofes pela boca, com tal bomba, que era quase tanto como uma seringa, entravam em ação e só por milagre de bravura conseguiam apagar incêndios como o de São Pedro de Alcântara e um do Rosário, que seria hoje, um fogo, viste linguça para os Bombeiros, mas que, para os heróis de antanho, e para a cidade que falou durante meses, assumiu as proporções de verdadeira catástrofe. Quem lembrará hoje do Capitão Marques Sobrinho, com uma barriga como a de Sancho correndo rebolidamente à frente dos Bombeiros, a suar, a suar de escorrer, como se fosse a própria bomba d'água...? História antiga, dirão, antiga mas heróica, e foi com o heroísmo de tal gente que começou a glória da Instituição, que hoje nos orgulha.

## CAPÍTULO 3

### TRANSFERÊNCIA E INSTALAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS EM BRASÍLIA

#### 3- Implantação

##### 3.1 - Considerações

*No início de 1956, durante a movimentada fase de construção de Brasília, já preocupados com a questão de Segurança Contra Incêndios na nova Capital, uma comissão de Oficiais do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, na época, esteve em Brasília, para realizar contatos com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, responsável pela obra, a respeito da implantação do Corpo de Bombeiros no futuro Distrito Federal.*

*Em 21 de abril de 1960, com a transferência oficial da Capital do País para Brasília e, independentemente de qualquer ato de transferência, o Corpo de Bombeiros e todos os bens e direitos nele aplicados e compreendidos, bem como os encargos e obrigações do recém-criado Distrito Federal, é transferido para a esfera do novo Estado da Guanabara.*

*Ainda que regidos pela legislação vigente, no caso do Ministério da Justiça, até que as leis fossem modificadas pelos poderes competentes do novo Estado, os bombeiros militares continuaram a*

*prestar serviços normalmente na cidade do Rio de Janeiro, em diversos órgãos públicos ali existentes.*

*Porém, com a criação do novo Estado da Guanabara, as novas leis estaduais começaram a entrar em choque com as recém-criadas legislações federais. O pessoal do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara é então transferido para a Secretaria de Segurança Pública do novo Estado.*

*Este fato deu margem a que, os bombeiros militares atingidos com a transferência para o Estado da Guanabara, promovessem junto ao Comando Geral da Corporação da época, gestões no sentido de que fossem tomadas providências que viessem a sanar os possíveis prejuízos advindos.*

*Caracterizada a transferência compulsória dos bombeiros militares do Corpo de Bombeiros do ex - Distrito Federal, para o recém-criado Estado da Guanabara, nas condições de funcionários estaduais, estes, inconformados procuraram, pelos meios legais, reivindicar a recuperação do direito lesado, que era a condição de federais de que foram destituídos.*

*Como a maioria dos Oficiais manifestaram a vontade de continuar com o status anterior, de militares federais, iniciou-se então na Corporação um clima de incertezas e inconformidades, que começou a ser atenuado com a aprovação da Lei 4242, de 17 de julho de 1963, que veio ao encontro dos anseios da maioria, pois, seu artigo 46,*

*assegurava ao pessoal do Corpo de Bombeiros, o direito de requerer sua volta à União, através de requerimento ao Ministro da Justiça.*

*A seleção dos bombeiros militares foi realizada no Pavilhão da Feira Internacional de São Cristóvão, Rio de Janeiro, onde os bombeiros ficaram aquartelados, depois da opção que fizeram*

*Os Comandantes das Companhias foram os responsáveis pela escolha dos bombeiros militares que formaram o primeiro escalão avançado em Brasília, tendo em vista determinação do Comando Geral da Corporação.*

*A luta era grande, alguns com esforços próprios, conseguiram passagem para Brasília, outros ficavam na expectativa de transferência. Os ânimos de muitos integrantes do grupo, que viria para Brasília, eram baixos, vez que o moral caiu, ficando relegados a planos inferiores, pois não tinham onde ficarem alojados, e , quando conseguiram foram em lugares impróprios como o já mencionado Pavilhão de São Cristóvão, Escola XV, que era como uma casa junto a um sítio onde existia criação de gado e era tirado o leite para os alunos internados. Muitos bombeiros militares, fugiram para os vícios da bebida em bares localizados próximos, além de iniciarem em caminhos de outros vícios e defeitos, tudo como consequência da inquietude e da incerteza gerada.*

*Assim, 92% do efetivo da Corporação, num total de 1359 homens usou do direito que a lei lhe facultava, sendo 102 recusados. O Ministro da Justiça, então, constituiu uma Comissão que se denominou*

*Grupo de Trabalho de Opção - GTO, encarregada de estudar o problema da opção, além de dar parecer sobre os requerimentos apresentados.*

*Ao começar a ser deferido os requerimentos, os "Optantes", como ficaram conhecidos, passaram a sofrer hostilidades daqueles que decidiram continuar no novo Estado da Guanabara, pois eram desligados, sumariamente, tão logo houvesse conhecimento do deferimento dos seus requerimentos.*

*A situação só começou a melhorar quando se deu o deferimento do Coronel Osmar Alves Pinheiro, que, nomeado pelo Ministro da Justiça, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, jurisdicionado ao referido Ministério, iniciou assim um novo marco na história da opção.*

*Os 1257 homens que haviam retornado ao serviço da União, foram reagrupados, primeiro num velho prédio da Rua Venezuela onde se efetuava o pagamento e, em maio de 1964, no Pavilhão de São Cristovão, no que se convencionou chamar "Quartel Provisório", sendo transferido em dezembro de 1964 para uma casa, cuja destinação original servia de moradia ao Diretor do Instituto Profissional XV de Novembro - IPQN, que ficou conhecido como "Escola XV".*

*Tendo em vista as instalações precárias do novo quartel, vários bombeiros militares, para não ficarem ociosos, foram prestar*

*serviços em outros órgãos, tais como Arsenal de Marinha, Ministério da Justiça, e Escola de Agronomia até que a Corporação se instalasse definitivamente na Nova Capital, vez que os mesmo não aceitaram a prestar seus serviços ao Estado da Guanabara, passando da esfera Federal para a Estadual.*

*Como havia uma grande dispersão dos Bombeiros, espalhados nos mais diversos órgãos, prestando seus serviços, para não perderem suas condições de bombeiros militares a serviço da União, as dificuldades começaram a aumentar, mas, com o esforço de todos, principalmente, com o surgimento da Lei 3952/64, foi determinado ao Comando Geral que reunisse o pessoal e que todos assinassem seus requerimentos de escolha (Opção)*

*Feitos os requerimentos e com os seus deferimentos, foi determinado que fosse enviado a Brasília o primeiro contingente, para tanto, aqueles que estavam servindo em outros órgãos retornaram, vez que o Comandante Geral estava escolhendo os elementos do Corpo de Bombeiro para organizar o referido contingente e implantar a Corporação em Brasília.*

*A transferência de uma parcela da Corporação para Brasília foi determinada pela portaria nº 301 - B de 27 de junho de 1964, sendo a primeira turma do contingente composta de 12 Oficiais e 120 Praças, que, no intuito de reerguer a Corporação, deixaram a família no Estado da Guanabara, abrindo mão de qualquer vantagem que pudesse servir de empecilho para a transferência.*

*A primeira turma do contingente chegou na Capital Federal no dia 7 de julho de 1964, sendo que as três turmas restante nos dias 8, 9, e 15 do mesmo mês e ano, utilizando aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) e instalando-se num pequeno barracão de alvenaria, porém, assumindo, de imediato, o trem de socorro composto de carros velhos e obsoletos, que pertenciam à Seção de Proteção Contra Fogo, do Departamento Regional de Polícia de Brasília. Consequentemente, não mais conseguindo meio aéreo para o transporte, o contingente que, ainda permaneceu no Estado da Guanabara, chegou à Brasília em outros meios, tais como, ônibus, caminhões, meios próprios e em marcha a pé.*

*Estava lançada assim, a semente da Corporação em Brasília, que, no dia 4 de agosto de 1964, atendeu ao seu primeiro incêndio, ocorrido na Churrascaria Alabama, situada na Avenida W3 Norte, por volta das 19 horas e 50 minutos. Os hidrantes estavam enterrados no cerrado e os bombeiros militares perderam muito tempo para desenterrá-los, razão da perda quase total do estabelecimento. Nesta época, o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal contava com 17 viaturas, porém, somente 3 funcionavam.*

*As dificuldades eram muitas, falta de instalações adequadas, inexistência de material e equipamentos, moradia para os familiares, que permaneciam no Rio de Janeiro, avolumando assim os problemas sociais de todos os integrantes do CBDF. Mas isto não impediu que, no dia 24 de maio de 1965, aproximadamente 26 bombeiros militares, entre Oficiais e Praças, partissem do Rio de Janeiro, a pé, para Brasília, em homenagem ao General Riograndino*

*Kruel - Diretor do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), aqui chegando os componentes da marcha, no dia 17 de junho de 1965, marcha essa que teve a duração de 25 dias, completando assim a última turma do contingente transferido para Brasília, demonstrando à abnegação e persistência que fazem parte dos valores essenciais do bombeiro militar.*

*Os treinamentos iniciaram, vez que não tinha transporte para o deslocamento do Rio de Janeiro para Brasília, vez que aqueles que restaram era em número de 50 considerados como “gatos pingados” em relação a outros contingentes tipo o do Batalhão Naval. Esses treinamentos foram se tornando mais intensivos devido aos boatos que surgiram, onde não mais haveria embarque para Brasília, fato em que propiciou explicações de um Plano de Marcha feito ao Chefe de Polícia General Riograndino Kruel, bem como ao Prefeito de Brasília - Plínio Castanheda. O êxito foi total.*

*Diante da situação, os integrantes deste contingente começaram a conseguir apoio de outros companheiros, levaram a frente tais treinamentos, tendo 27 deles pedido desligamentos, vez que eram voluntários, não eram obrigados. Também, outros não passaram no exame médico realizado.*

*As marchas de treinamentos realizadas no Estado da Guanabara consistiram em diversas idas e voltas a vários pontos do Estado, tais como: Deodoro, Nilópolis, Nova Iguaçu, Santa Cruz, Carietá, Mesquita, Realengo e Tijuca. No fechamento do treinamento foi*

*feito uma ida a Petrópolis. Ressalte-se que a saída e o regresso seria de São Cristóvão.*

*Preparados fisicamente depois de seus treinamentos profícuos, todos os 23 integrantes estavam prontos para fazer deslocamento a pé do Rio de Janeiro para Brasília mas faltava o material necessário para a marcha e, para tanto, o Sargento Ubirajara conseguiu por meio de doações garantir tal material. Também, demonstrando interesse na intenção daquele, o Tenente João, que servia no Distrito Federal, recebeu um caminhão com motorista, armas, munição e fardamentos com agasalho. O Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, em Brasília, doou uma ambulância com motorista e mecânico para acompanhá-los no percurso da marcha.*

*Porém, para os “Optantes”, os problemas anteriores continuaram, com uma pequena parte da Corporação em Brasília, vivendo em condições bastantes precárias, numa total promiscuidade, e a grande parte no Rio de Janeiro em situação não menos humilhante, somente com o conforto de estar junto a seus familiares, mas todos continuavam com a vontade inabalável de conseguir o maior objetivo: criar em Brasília um Corpo de Bombeiros que fosse modelo para o Brasil.*

*Neste intervalo, o Comando Geral ultimava os preparativos para concretizar a transferência definitiva, do Rio de Janeiro para Brasília, da Administração da Corporação, mandando construir um grande barracão, que ficou conhecido pelos mais antigos como “Forte Apache”.*

*Embora nas mais precárias condições, em janeiro de 1967, instalaram-se, neste barracão, as Diretorias de Pessoal, Material, Instrução, Técnica e Contabilidade, passando assim a funcionar efetivamente na Capital do País, a cúpula da Corporação. Precária é verdade, mas novamente calcada na hierarquia e na disciplina.*

*A criação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, em 13 de março de 1967, com o Corpo de Bombeiros a ela vinculado, e o Decreto-Lei nº 317, de 18 de março de 1967, organizou os Corpos de Bombeiros Militares, deram-lhes a base estrutural definitiva no Distrito Federal.*

*A partir deste momento, a Corporação entrou num ritmo normal de desenvolvimento, crescendo a cada dia, em virtude das providências administrativas referentes a construção de quartéis, aquisição de viaturas e demais equipamentos, necessários ao seu bom desempenho.*

*Os quartéis foram sendo ocupados, o material foi chegando gradativamente e com ele, o elevado padrão técnico de atendimento, a população voltou a ser a razão principal do sucesso incontestável da Corporação, o mesmo que, os valorosos e dignos "optantes" estavam acostumados. Eles cumpriram o objetivo.*

### **3.2 - Os Desafios da Implantação**

*De sua organização na antiga capital até sua transferência e instalação definitiva em Brasília, muitas mudanças ocorreram. A*

*começar pela transferência da própria Capital, que historicamente, avalia-se ter sido por razões geopolíticas, embutidas em metas de desenvolvimento nacional e regional, com uma concepção em que, a malha urbana e compacta da capital coincidiria com o próprio Plano Piloto.*

*Assim, quando a primeira turma do contingente do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal aqui chegou, em 17 de julho de 1964, Brasília já apresentava configuração diferenciada da concebida por seu criador, Lúcio Costa.*

*O Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, historicamente, tem sido uma organização modelar, fruto de experiências heróicas, por vezes, sofridas e exaceradas por outras tantas, fiel ao ideário nacionalista e patriótico dos que sonharam construir uma Nova Capital, vem, desesperadamente, lutando por manter e ampliar a cada dia mais seu espaço na admiração de tantos quantos seus serviços aprenderam a valorizar e a seus homens, profissionalmente, respeitar.*

*Começando com instalações improvisadas e provisórias e uma estrutura simples, resultado das adaptações e compatibilizações que se faziam necessárias ao seu funcionamento, os "Optantes" pelo novo Distrito Federal que ressurgia logo perceberam que o Corpo de Bombeiros deveria caminhar "pari passu" com Brasília, objetivando não se esvair na desnecessariedade de seus habitantes e autoridades locais, que ironicamente, dada a acomodação populacional fora e longe do Plano Piloto e, por conseguinte, vítima do tempo resposta, levou a*

*que guarnições de incêndio se tornassem até vítimas de chacota e de apedrejamentos populares.*

*A Nova Capital deixou os integrantes do CBMDF órfãos de sua história, em virtude da sua transferência, deparando-se com inúmeros desafios que não se pode deixar de defender e difundir enquanto a força de cada jovem bombeiro for descortinada no seu rosto e a esperança mantida em cada um. A mudança para a Capital Federal ensejou que fosse requerido pelos componentes do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro a mesma história quando da permanência do então CBDF, sediado no Município Neutro instalado na Cidade do Rio de Janeiro.*

*Os fatos históricos demonstram que a denominação CBDF surgiu em virtude da transformação do então Município Neutro em Capital Federal, na Proclamação da República, cuja a sede era no Rio de Janeiro, portanto, não existe um motivo real de confusão da história do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal, com a do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rio de Janeiro, há sim uma leitura equivocada dos elementos históricos, que este trabalho buscou reparar, uma vez que em nenhum momento encontrou-se o registro que justificasse a designação CBERJ ou CBMERJ na Capital Federal, cuja a denominação só veio aparecer com a transformação do Estado da Guanabara em Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa demonstra que o CBMDF está diretamente relacionado inicialmente com a existência do Serviço da Côrte, no período colonial, no Império na época do Município Neutro e, por fim, no período republicano quando da transformação deste para Capital Federal. Consequentemente, com a*

*transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília , deuse também a transferência do Corpo de Bombeiros, cuja a finalidade de sua existência é servir o Governo Central.*

*Com a aproximação do 3º Milênio, as décadas passadas constituir-se-ão em importante referencial histórico do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, com especial ênfase para a Cooperação interna, através da transferência e do compartilhamento de normas, serviços e tecnologia e, ainda, no campo de intercâmbio internacional, com visita dos Cursos Superiores de Bombeiro Militar aos vários países europeus e norte americanos, bem como com realização de seminários, podendo, dessa forma, vislumbrar a possibilidade de assimilação e transferência de tecnologia.*

### ***3.3 - A Seção de Proteção Contra Fogo***

*Com o início da construção de Brasília, conseqüentemente, com a Criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), bem como com o aparecimento de inúmeros incêndios, destruindo os bens móveis da citada Companhia, o Governador do Estado de Goiás, através da Lei nº 2364, de 9 de dezembro de 1958, criou o Departamento Regional de Polícia de Brasília (DRPB), contendo em sua estrutura uma Seção de Proteção Contra Fogo, a qual era composta por pessoal do Estado do Rio de Janeiro e do Estado de Goiás. Do Rio de Janeiro vieram os Oficiais para comandarem a Seção, sendo o Sr. Adhemar Correia da Silva, nomeado pela Portaria nº 7, de 6 de fevereiro de 1959, para as funções de Chefe da Seção de Proteção Contra Fogo, e através n.º4, de fevereiro do mesmo ano, foi*

*nomeado Chefe de Gabinete e Comandante da Guarda Especial de Brasília (GEB), o Major Gastão Barbosa Fernandez do CBDF, assinadas pelo Coronel Osmar Soares Dutra, Diretor do DRPB. As praças foram cedidas pela Polícia Militar de Goiás, bem como foram recrutados os melhores funcionários da NOVACAP, uma vez que estavam ocorrendo sinistros e acabando com o patrimônio da Companhia Urbanizadora.*

*Na investigação documental feita nos diversos boletins internos do DRPB, encontram-se registros de que o Diretor Geral passou a ter denominação de Chefe de Polícia mantendo as mesmas atribuições anteriores.*

*O Chefe de Polícia, General de Brigada Osmar Soares Dutra, possuía como assessores, os Tenente Coronel Welt Duraes Ribeiro como Chefe de Gabinete, e Capitão Lúcio Marçal Pinheiro como Ajudante de Ordens e Assistente Militar.*

*A GEB também possuía como Subcomandante o Capitão José Raimundo Ribeiro que, posteriormente, assumiu o Comando da Seção de Bombeiros.*

*A Seção de Proteção Contra Fogo cabia o controle dos incêndios. As precárias condições de trabalho dificultavam sua ação.*

*O clima seco do Planalto Central e as instalações provisórias em madeira favoreciam os incêndios e a propagação rápida*

*do fogo, muitas vezes causado pelas más instalações na rede de eletricidade ou pelo funcionamento de um fogão à gás.*

*O Departamento Regional de Polícia de Brasília, além da Seção de Proteção Contra Fogo, possuía outras seções, as quais trabalhavam em conjunto. A Seção de Proteção Contra Fogo dependia das outras. A Seção de Vigilância ficava responsável pelo isolamento e fiscalização do local de incêndio, evitando os furtos e saques, muito comuns nessas ocasiões.*

*Os incêndios eram frequentes e o receio que eles fossem provocados fazia com que se destacassem diariamente dois soldados para fiscalizar o depósito de fogos que funcionava nas imediações do Hospital Distrital de Brasília, conhecido hoje como Hospital de Base. Havia dúvidas quanto à casualidade de alguns incêndios, como aquele ocorrido no Congresso Nacional, que foi constatado que a chama se iniciara a partir de uma mecha embebida em gasolina. Este princípio de incêndio ocorreu no dia 9 de setembro de 1959, por volta das 15 horas, sendo intimados para depor sobre o fato, o Sr. Antonio Pereira Nunes, o Sr. Lourival e o Sr. Eduardo Ferreira.*

*A partir de investigação sobre a causa do incêndio ficava por conta da Seção de Investigação. Geralmente, o fogo era ocasionado por imprudência de algum funcionário ou por fagulha de solda, sendo este o motivo dos incêndios ocorridos no Palácio dos Despachos, no dia 19 de agosto de 1959, e o do 12º andar do Edifício do Congresso, no dia 13 de outubro de 1959.*

*Muitos incêndios atingiam tais proporções que provocavam mortes, como o da explosão de um posto de gasolina, que causou a morte de 2 pessoas e ferimentos em 4. Este fato ocorreu no dia 9 de agosto de 1958, tendo as 2 vítimas falecidos no Hospital do IAPI, na mesma data.*

*Outro incêndio, desta vez numa casa da Vila Operária, no dia 9 de agosto de 1958, resultou na morte de Clodir Cardoso.*

*O fogo propagava-se rapidamente atingindo e destruindo várias residências e casas comerciais, como o que ocorreu na Vila Amaury, no dia 20 de dezembro de 1959. Um outro incêndio ocorreu nas instalações provisórias do Banco Nacional de Minas Gerais, iniciado no alojamento funcional que ficava no interior do estabelecimento bancário.*

*Após a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília, bem como com a instalação dos órgãos policiais e do Corpo de Bombeiros, o pessoal do DRPB foi incorporado na Polícia Militar do Distrito Federal, através de requerimento, conforme Lei que assim determinou. Quanto ao Capitão José Raimundo Ribeiro, Comandante da Seção de Proteção Contra Fogo, o mesmo, por decisão própria, não retornou às fileiras do Corpo de Bombeiros, tendo em vista desejar continuar servindo a NOVACAP pelas vantagens pecuniárias oferecidas naquela época, como permaneceu. O referido Capitão, alegou, ainda, que o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal ficaria ligado ao Prefeito de Brasília e, este Oficial, não desejaria servir mais ao CBDF.*

*Para funcionamento e prestação de serviços, a Seção de Proteção Contra Fogo realizava instruções ao seu pessoal, principalmente, de Ordem Unida e Combate a Incêndios, vez que podiam ser transferidos para outras seções do próprio Departamento Regional de Polícia de Brasília.*

*Finalmente, eram regidos pelos Regulamentos do Exército, principalmente R/4 e RDE.*

### **3.4 - Transferência para Brasília**

#### **3.4.1 - Considerações**

*Em 21 de abril de 1960, com o advento da mudança da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília e, em razão da sua automática transferência, o Corpo de Bombeiros do recém criado Distrito Federal passou, logicamente, a ressentir-se de legislação nova e atual, em decorrência da situação gerada por essa mudança, pois todos os seus bens, direitos, encargos e obrigações nele aplicados e compreendidos foram transferidos para a esfera do novo Estado da Guanabara.*

*Gozar de bom conceito público é o galardão que mais ufana o Corpo de Bombeiros; Corporação Militar, orgulhosa de sua origem e missão, bem recebida no meio da sociedade, que sempre foi desempenhada com aquela dosagem máxima de amor que pode ser mantida em uma Organização, ostentando em disciplina cortês, quando fora dos quartéis, era encontrado qualquer dos seus membros, fosse ele*

*Oficial ou Praça, refletia perfeitamente o labor interno a que eram submetidos, diariamente, para que pudessem granjear a confiança de que necessitavam para bem servir, quando em suas atividades específicas.*

*Com o passar do tempo e as modificações que isto produziu em todos os meios, o Corpo de Bombeiros não ficou imune, e foi alcançando no que de mais caro possuía, a quietude, que existia em seus casarões vermelhos, que foi aos poucos se transformando, para desaparecer completamente a partir do ano de 1960, quando se verificou a Mudança da Capital Federal para o Planalto Central, a Corporação sofre o seu primeiro grande impacto com a promulgação da Lei n° 3752, que criou o Estado da Guanabara e determinou a permanência lá do Corpo de Bombeiros, que fora organizado por um Decreto Imperial para servir a Côrte, e, conseqüentemente, a permanência no Estado quebraria o orgulho da Corporação, que era o de servir a Capital Federal, servindo logicamente como paradigma a todos os Bombeiros do País. Este impacto trouxe-lhes modificações, cujas razões não foram de imediato compreendidas por todos os seus membros, pois enquanto uns se sentiam inseguros na parte pecuniária, outros reclamavam a parte profissional, outros ainda, admitiam as dificuldades funcionais que adviriam pela facilidade com que nos Estados, os acontecimentos político-administrativos atingem as autoridades, de maneira geral, diminuindo, consideravelmente, aqueles órgãos do Executivo que têm as suas missões, diretamente ligadas ao público.*

*Tudo isto era discutido a toda hora, em toda parte e até nas dependências dos quartéis, pois chegou-se mesmo a contratar um Advogado para defender aqueles direitos que se julgava atingidos, quando na realidade o que havia sido atingido era o orgulho da Centenária Corporação que fora organizada para defender os bens materiais e a tranquilidade da Capital Federal, que agora se transferia, deixando como legado ao Estado da Guanabara este Grupo de humildes servidores, que inconformados se tornavam também, incompreendidos, pois, enquanto a maioria dos funcionários da antiga metrópole, se debatia para conseguir uma fórmula que os livrasse da transferência para Brasília, Cidade da Esperança dos Bombeiros, que estavam sempre a procura de um meio legal que os amparasse; e só depois de muita súplica a todos os poderes, o Legislativo atendeu e introduziu na Lei n° 4242, de 17 de julho de 1963, o artigo n° 46 que permitiu a ocupação do lugar que, ainda, apesar das necessidades, não havia sido preenchido ou seja a volta da condição de ser servidor federal.*

*Na execução da Lei que proporcionou o direito de chegar a nova Capital Federal, entra a Política e envolve a todos que embora tivessem entre eles, alguns capazes de politicamente fazer boa representação, nunca tiveram essa experiência, na época os Oficiais e Praças que se tornaram Professores, Advogados ou outra profissão qualquer que os tenham projetados no meio civil, não foram seduzidos por esta volúvel senhora "A Política", apesar do acontecido. Mas, mesmo assim, envolvidos, debateram-se com o ardor de quem combate um incêndio, durante 3 anos e meio, até que, finalmente, foram reconhecidos e em janeiro de 1967, reuniu-se pela primeira vez, em Brasília, o Conselho de Administração, para tomar as deliberações*

*administrativas que eram exigidas como resultado da transferência, para a Capital da Esperança da Corporação que de direito sempre lhe pertenceu.*

*E aqui chegaram no firme propósito de conquistar a confiança desta Cidade; transcorria o ano de 1964 e o que encontraram? Uma construção de alvenaria e madeira, que por suas características foi batizada de “Forte Apache”, pois a luta dos primeiros companheiros que o ocupavam, era contra mosquitos, ratos e pasmem, cobras, que muitas vezes foram encontrados no improvisado alojamento. Mas isso não era mais surpresa, pois no Estado da Guanabara, logo após terem exercitado o “direito de opção”, em nome da “Política”, estiveram alojados nos lugares mais surpreendentes, tais como: Um prédio velho no Cais do Porto; Pavilhão de São Cristovão e em uma Casa nos terrenos da antiga Escola 15 de Novembro, onde se reuniam nos locais mais estranhos; galinheiros, debaixo de árvores, e outros. Por este motivo, acharam que ao chegar em Brasília, nada poderia ser pior e mais humilhante do que passaram no Estado da Guanabara.*

#### **3.4.2 - Instalação em Brasília**

*Em Brasília nova batalha, com a administração da Corporação andando de perseverante para conseguir verbas, para que pudessem equipar e construir os quartéis, o que depois de muito sacrifício, conseguiram. Depois de passarem perto de 3 anos longe da família, passaram a ter o direito de visitá-las de 2 em 2 meses no Estado da Guanabara, e, por não terem condições de trazê-las para*

*Brasília, pela distância e falta de meios o que só foi possível a partir de 1967.*

*O primeiro e modesto quartel era constituído de parte do alojamento do Serviço de Policiamento Ostensivo (SPO), onde independente do alojamento propriamente dito, ocupavam um salão dividido em 4 pequenos compartimentos que serviam como Gabinete do Comando, Secretaria, Sala de Material de Esporte e Sala de Comunicações. Na parte externa das dependências ocupadas existia um pequeno galpão de madeira servindo como abrigo para 17 viaturas, sendo que somente 3 tinham condições de funcionamento.*

*Muitos fatos aconteceram naquela época, devido a falta de condições para se manter o moral do contingente, pode-se registrar como exemplo os poucos cobertores que na época fria se faziam necessários e eram em número insuficiente. Portanto, à noite, os possuidores de tão preciosas peças dormiam, os demais permaneciam acordados, e estes aproveitando o sono pesado dos colegas retiravam-lhes os cobertores para si, o que ia implicar num círculo vicioso durante todo o decorrer da noite.*

*As condições precárias da cozinha era outro sofrimento: o fogão não dava para o cozimento da comida, então foi criada uma equipe de lenhador (bombeiros que deveriam arranjar madeira, a fim de alimentar o fogão da cozinha), que faziam incursões ao cerrado para conseguirem lenha no mato e, desse modo, fazerem a alimentação.*

*A Mudança para Brasília foi estabelecida com a Lei nº 3752, de 14 de abril de 1960, que assegurava o direito de continuarem os militares bombeiros a pertencerem a serviço da União, e, posteriormente, a regulamentação criada através do Decreto-Lei nº 9, de 25 de junho de 1966, foi igualmente disposta a organização do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

*Como a primeira turma do contingente, transferida da Capital do Rio de Janeiro para Brasília só chegou em 17 de julho de 1964, os Serviços de Combate aos Incêndios em Brasília, foram levados a efeito, inicialmente, pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, que teve um contingente treinado pelo Sr. Adhemar, Comandante da Seção de Proteção Contra Fogo do DRPB, com ajuda dos Oficiais do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, do Rio de Janeiro*

*Anos mais tarde, com a criação da Guarda Especial de Brasília - GEB, esse serviço foi assumido por uma Seção de Bombeiros pertencente àquela Guarda, que, também, pertencia ao Departamento Regional de Polícia de Brasília, até a chegada desta turma.*

*Embora o Decreto-Lei nº 9, de 25 de junho de 1966, estabelecesse a organização do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal em Brasília, no dia 1 de julho de 1964, véspera do Dia do Bombeiro, chegavam na nova Capital Federal, no voo 743 da Força Aérea Brasileira (FAB), que partiu às 13 horas do Aeroporto Santos Dumont, o Capitão Arlindo Jacarandá e o 1º Tenente Nestor Puga Wanderley; o primeiro como Comandante do Contingente e com atribuições para*

*assumir o Comando do Corpo de Bombeiros existente em Brasília e preparar o alojamento para os demais integrantes.*

*Em 2 de julho de 1964 foi o Capitão Arlindo Jacarandá designado para exercer as funções de Chefe do Corpo de Bombeiros da Guarda Especial de Brasília do Departamento Federal de Segurança Pública, através da Portaria nº 259, de 2 de julho de 1964, do Exmo. Sr. General Riograndino Krueel, Chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública(DFSP).*

*Ao assumir o Comando da Seção de Bombeiros da GEB, o Capitão Arlindo Jacarandá, na presença das autoridades que ali compareceram, ao final de seu discurso falou: “Aqui continuaremos a dar o máximo de nossas energias, não medindo sacrifícios, em prol do nosso Corpo de Bombeiros, orgulho de toda população do nosso querido Brasil”.*

### ***3.4.3 - Conseqüências da Mudança de Capital para o CBMDF***

*O esboço de lei, elaborado cuidadosamente, com base em exaustivas pesquisas, tornou-se Regulamento com o designativo de Normas e caracterizou um novo período do Corpo de Bombeiros, porque:*

- 1. diminuiu a estrutura administrativa do Corpo e diminuiu consideravelmente o seu efetivo;*
- 2. manteve alguns setores das atividades diárias, mas, conseqüentemente, eliminou outros de capital importância para a vida da Corporação;*

3. abalou a disciplina de forma relativa, pela revolta causada no seio de seus componentes, bem como pelo desprezo recebido durante sua permanência no Rio de Janeiro até sua chegada em Brasília;

4. manteve, por algum tempo, sem funcionamento o ensino, a instrução, pela falta de condições de acomodações e insegurança de todos que queriam continuar servindo à União;

5. cessaram todas as atividades importantes para o desenvolvimento e crescimento da Corporação.

Com a definição da chamada "Opção" houve elevação do moral e as atividades concernentes à transferência foram insistentemente reforçadas, visando revigorar e atualizar constantemente as instruções e a eficiência dos combatentes, dispositivo que ensejou grande avanço e aperfeiçoamento profissional.

Com a consignação da mudança, o Corpo de Bombeiros atingiu sua plenitude da destinação legal, restando tão somente os desenvolvimentos e os aperfeiçoamentos complementares.

O Corpo de Bombeiros chegou assim, ao ápice estrutural e profissional, fazendo jus à confiança plena das autoridades e da sociedade, passando a atrair as atenções de todos, inclusive, dos Chefes Militares sediados na Nova Capital, tendo seu comando a ser exercido por Oficiais do Exército até pouco tempo, os quais introduziram na Corporação a prática de várias modalidades esportivas, como meio de aprofundar o espírito de corpo e acentuar o preparo físico dos Oficiais e Praças.

*As dificuldades advindas com a Mudança não abalaram o bom conceito nem os serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros, que se manteve incólume às influências ou agitações políticas, continuando firme e fiel a sua doutrina profissional.*

#### **3.4.4 - Consequências para o Estado da Guanabara depois da Mudança do CBDF para Brasília**

*Com a transferência da Capital Federal para Brasília, a Lei nº 3752, de 14 de abril de 1960, foi criado o Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara.*

*Segundo o Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, não era de se ignorar as dificuldades oferecidas à população carioca e ao seu Governo, no momento da transferência, em relação aos serviços de combate ao fogo. Razões que ele não desejava apreciar e nem comentar, fizeram com que a lei facultasse a "Opção", isto é, a possibilidade de escolher entre a volta ao regime Federal e a permanência no Estado da Guanabara, servisse de instrumento, à revelia dos que tenham direito, que não discutia e que respeitava, de optar, para as mesquinhas, as mais inoportunas e as mais inconvenientes retaliações. O assunto não era admitido para que não viesse transformar em polêmica desmoralizante do Governo e da Corporação.*

*Continuou o Governador Carlos Lacerda alegando que a responsabilidade das consequências advindas da partição do efetivo e do combate aos incêndios seriam daqueles que deixaram o Corpo de*

*Bombeiros, numa tentativa frustrada e vã, atitudes isoladas de alguns membros da Corporação, para abarganhar melhores salários e estabilidade pela União, querendo, desse modo, jogar o povo fluminense contra o Corpo de Bombeiros.*

*Para o Governo do Estado da Guanabara não seria apenas uma dificuldade a mais, pois já estava acostumado a conviver com outras, vez que a própria Assembléia Legislativa já teria negado a cobrança da Taxa de Proteção Contra Incêndio e Pânico que o Estado carecia para o completo reaparelhamento dos serviços de combate ao fogo.*

*Magoado, o Governador Carlos Lacerda deixou transparecer seu ressentimento no discurso que fez na Conclusão do Curso de Formação de Oficiais naquele Estado, afirmando que todos deveriam exercer o legítimo direito de optar pelo regime Federal, esperando ele encontrar com os transferidos na área Federal, num futuro bem próximo.*

*Como reconhecimento pelos que ficaram em seu Estado, o Governador Carlos Lacerda instituiu a Medalha da Fidelidade, que, por Decreto, condecorou os bombeiros militares fiéis ao serviço de combate a incêndio que o povo carioca proclamou pela dedicação e honra.*

*Os melhoramentos que sucederam para o Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara foram pelo esforço do Secretário de Segurança Pública, cuja fidelidade e dedicação andaram juntas com a competência administrativa e política que possuía.*

*Todos que ficaram no Estado da Guanabara tiveram seu moral diminuído, vez que reconheceram que deveriam seguir o exemplo dos demais que vieram para Brasília, numa continuidade do trabalho para com a União.*

*O Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara teve sua frota de veículos reduzida, tendo em vista a cessão de alguns veículos para o Corpo de Bombeiros da nova Capital. Também, sentiu dificuldades na Formação e Instrução, pela queda do número de Oficiais e Praças qualificados para o Ensino e Preparação Profissional.*

*O Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara passou por um período crítico em todos os seus níveis, seja ele de pessoal ou de material.*

*O Ministro da Justiça determinou ao Comando, no Aviso G/835, de 13 de abril de 1960, que fosse deslocada para Brasília uma viatura para realizar serviços de extinção de incêndio. No dia 17 do mesmo mês e ano seguiu um Auto-Bomba-Inflamável (ABI) e uma viatura para transporte de pessoal (AP), com as respectivas guarnições, sob o comando dos Capitães Osmar Alves Pinheiro e Arlindo Jacarandá.*

#### **3.4.5 - Lei n.º 4242 de 17 de julho de 1963**

*Nesse instituto legal, tão bem comentado pelos bombeiros militares integrantes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, além das finalidades referentes a vencimentos, empréstimo compulsório, e*

*fundo de investimentos, deu providências para o retorno do pessoal do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara para o serviço da União.*

*O artigo 46 da mencionada lei assegurou o direito de requerer a volta ao serviço federal. Isso se configurou, depois de decorridos mais de três anos, pelos sofrimentos, incoformismos daqueles que perderam sua condição de servidores públicos da União.*

*O artigo 46 acima considerado foi a redenção dos bombeiros militares que ainda pensavam e lutavam pelo retorno à União, principalmente, para aqueles que possuíam as condições impostas nos três parágrafos do referido artigo o qual prescreveu: “Art 46 . É assegurado ao pessoal ... e do Corpo de Bombeiros, transferidos para o Estado da Guanabara, de acordo com o disposto na Lei n.º 3752, de 14 de abril de 1960, o direito de requerer sua volta ao serviço da União”.*

*Em seus parágrafos, analisou-se as condições impostas para os requerimentos, desde a autoridade a quem requerer, ao prazo, à existência de vaga, até a perda do direito. Caso estivesse nas condições previstas do parágrafo 3º do mesmo artigo, as quais foram: responder à sindicância, a processo administrativo, e a inquérito policial militar ou civil. Observa-se na análise feita nos três parágrafos do artigo 46 que os requerentes deveriam fazer seus pedidos ao Ministro e Negócios Interiores, em prazo de 90 dias, lembrando que foi improrrogável, além de serem submetidos à apreciação do que se referiu o parágrafo 3º anteriormente citado.*

*Evidentemente que, após publicação dessa Lei, a grande maioria dos componentes do Corpo de Bombeiros, que desejava continuar servindo ao Distrito Federal, assinou uma relação fazendo sua opção para onde pretendia servir. É claro que aqueles que, ainda, pensavam em servir na esfera que iniciou, assinou a relação na coluna onde estava escrito Distrito Federal, ficando a coluna Estado da Guanabara em branco. Comprovou-se, portanto, que assinaram a lista de pedidos 1.239 homens, num total de 1.500 que pertenciam ao efetivo do Corpo de Bombeiros.*

*Ainda nessa Lei, observa-se que foi autorizado ao Poder Executivo a atualização do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares ( Lei 1316, de 20 janeiro de 1951) , bem como, tal poder mandou mensagem, ao Congresso Nacional, de Projeto de Lei, organizando os Serviços da Prefeitura do Distrito Federal, estabelecendo o Plano de Classificação dos Cargos e Funções de seus servidores.*

#### **3.4.6 - Lei 4483, de 16 de novembro de 1964**

*Essa Lei sancionada pelo Presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco, deu competência ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) , subordinando-o diretamente ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, bem como atribuiu a sua direção a um Diretor Geral que seria nomeado em comissão e da livre escolha do Presidente da República, tendo como sede o Distrito Federal.*

*Dentre as competências oferecidas, em âmbito nacional, relaciona-se a Superintendência dos Serviços de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, apuração, em colaboração de outros órgãos, dos ilícitos penais na esfera Federal ou Internacional, a censura, desde que saia do âmbito estadual, além de outras.*

*Também, preocupou-se a presente Lei em dá a composição do DFSP , ficando o Corpo de Bombeiro do Distrito Federal como órgão integrante da Polícia do Distrito Federal e, esta ficando integrada à Secretaria de Segurança Pública, a partir de 31 de janeiro de 1966.*

*Mandou, ainda, a presente Lei, conforme artigo 17, que os quadros e efetivos do CBDF seriam reorganizados pelo Poder Executivo.*

## **CAPÍTULO 4**

### **COMPETÊNCIA LEGISLATIVA EM MATÉRIA DE CORPO DE BOMBEIROS**

#### **4.1 - Competência da União**

*O artigo 21 da Constituição Brasileira de 1988 elenca os assuntos de competência material exclusiva da União e, dentre os itens da sua competência administrativa, encontramos a organização e manutenção do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, conforme abaixo:*

*“Art 21 - Compete à União:*

.....  
.....

*XIV - organizar e manter a polícia federal, a polícia rodoviária e a ferroviária federais, bem como a polícia civil, a polícia militar e o CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL e dos Territórios”. (caixa é nossa)*

*Relativamente à competência legislativa, vê-se inserto no art 22, que é da competência privativa da União, matéria referente às normas gerais de organização, efetivos, armamentos, convocação e mobilização dos Corpos de Bombeiros Militares “in generi”, pois é o que se lê no inciso XXI, do citado artigo:*

*“Art 22 - Compete privativamente à União legislar sobre:*

.....

.....

*XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES “. (caixa é nossa)*

*No dispositivo constitucional supra, compete privativamente à União legislar sobre normais gerais, restando aos Estados e ao DISTRITO FEDERAL competência legislativa suplementar sobre o constante do art 22, inciso XXI da Carta Magna vigente. (caixa é nossa)*

*O mesmo diploma, no artigo 24, declina o elenco de matérias da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, não inserindo como competência dos últimos legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres dos Corpos de Bombeiros Militares, como fez a respeito das polícias civis:*

*“Art 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

.....

.....

*XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis”.*

#### **4.2 - Competência Legislativa do Distrito Federal**

*Conforme acima exposto, ao Distrito Federal não restou competência legislativa genuína sobre Corpo de Bombeiros. Apesar de o art 22, inciso XXI, estatui que à União compete privativamente legislar sobre “normas gerais” nos assuntos que enumera, referentes ao Corpo de Bombeiros, o art 24 não deu competência ao Distrito Federal sobre a matéria, restando a este a competência suplementar, contemplada nos §§ do artigo.*

*A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu Capítulo V, artigos 117 a 123, trata da Segurança Pública. E, dentre os órgãos que a exercem, inclui o Corpo de Bombeiros Militar, estabelecendo uma série de regras a respeito da Corporação, genericamente, no artigo 117, caput, que transcreve, em parte:*

*“Art 117 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, nos termos da legislação pertinente, para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos relativamente autônomos, subordinados diretamente ao Governador do Distrito Federal:*

.....

.....

*II - ..., Corpo de Bombeiros Militar”.*

## CAPÍTULO 5

### SITUAÇÃO INSTITUCIONAL

*O Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, atualmente, vê-se envolvido num externo sistema, o qual pode-se constatar através do trabalho em desenvolvimento e dos seus efeitos na Organização.*

*Verifica-se que a Corporação esta passando por um momento especial e, refletindo sobre esse momento, está o seu passado, a sua tradição, as mudanças políticas e, inclusive, as ansiedades e os desejos da comunidade a que serve.*

*Retornando à época de sua organização, em 2 de julho de 1856, quando o Imperador D. Pedro II lançou adubo na semente que estava germinando uma Organização que hoje é e será exemplo para as demais co-irmãs, promulgando o Decreto n° 1775, mandando Organizar o Corpo Provisório de Bombeiros, ficando, até meados de 1966, como uma Instituição Organizada, mantida e subordinada à União, pertencendo ao Complexo Administrativo do Ministério da Justiça, exceto alguns anos após sua reorganização que passou para a esfera do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.*

*Essa total vinculação à União perdurou até o evento do Decreto-Lei n° 9, de 25 de junho de 1966, que subordinou a Corporação ao Prefeito do Distrito Federal, por intermédio do Chefe de Polícia, até*

*que fosse criada a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, e o Decreto "N"645, de 21 de agosto de 1967, amparado pelo Decreto-Lei 315, de 13 de março de 1967, o qual estabeleceu que a Corporação é integrante da estrutura da SSP e, portanto, mantida pela mesma. Essa vinculação foi alterada através da Lei nº 7528, de 26 de agosto de 1986, que subordinou o CBMDF, administrativamente, ao Governador e, operacionalmente, ao Secretário de Segurança Pública, para fins de emprego das ações de Segurança Contra Incêndios e Salvamento.*

*A Lei nº 7528 teve como fato gerador o Decreto-Lei nº 2010, de 12 de janeiro de 1983, que alterou o Decreto-Lei 667, quando estabeleceu no seu artigo 4º, o seguinte:*

*"Art 4º - As Polícias Militares integradas nas atividades de segurança pública dos Estados, Territórios e do Distrito Federal para fins de emprego nas ações de manutenção da ordem pública, ficam sujeitas à vinculação, orientação, planejamento e controle operacional do órgão responsável pela Segurança Pública, sem prejuízo da subordinação administrativa ao respectivo Governador".*

*O artigo 4º do Decreto-Lei nº 2010, foi o embrião que permitiu à Corporação alterar dispositivos da Lei nº 6333, no que tange à subordinação.*

*Com a promulgação da atual Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, volta a Corporação a ser organizada e mantida pela*

*União, sem vinculação a nenhum órgão da esfera federal e subordinada ao Governador do Distrito Federal.*

*Observando, pelo exposto, a História da Corporação, constata-se a existência de 3 períodos distintos: o primeiro, quando permaneceu, por volta de 100 anos, totalmente vinculada à União (organização, subordinação e manutenção); o segundo, quando permaneceu, por volta de 20 anos, totalmente vinculada ao Distrito Federal (organização, subordinação e manutenção); e, terceiro, após a promulgação da atual Carta Magna, quando passou a ser organizada e mantida pela União e subordinada ao Governador do Distrito Federal.*

*Outro ponto que deve ser salientado é com relação à remuneração do pessoal do CBMDF que, até o advento da Lei nº 5906, de 23 de julho de 1973, recebia pelo Código de Vencimentos dos Militares da União; portanto, recursos orçamentários da esfera federal, passando, após a promulgação da citada Lei, as despesas, com a remuneração dos componentes da Corporação, a serem atendidas através dos recursos orçamentários destinados ao Governo do Distrito Federal, embora esses recursos, na época, adviessem da União, pois o Distrito Federal não tinha e não tem receita para cobrir suas despesas.*

*Constata-se, durante o período em que a remuneração dos componentes da Corporação ficou na responsabilidade do Governo do Distrito Federal, uma grande oscilação, às vezes, próxima das Forças Armadas e, em outras oportunidades bem aquém, gerando, com isso, grandes descontentamentos e inseguranças, a ponto de obrigar que a*

*maioria dos seus componentes tivessem atividades paralelas autônomas, como exemplo, motorista de táxi.*

*Com relação às modificações, foram reservadas, para o início do ano de 1994, mudanças políticas extraordinárias para o Distrito Federal que, de uma forma ou de outra, acarretou grandes transformações para a vida da Corporação; conseqüentemente, para os seus componentes e para a comunidade a que serve. Para que o CBMDF não seja prejudicado, faz-se mister que aqueles que não decidiram sobre o seu futuro, conheçam e participem conscientemente da sua história, permitindo que decidam, respeitando as suas tradições, sem desviar-se da natural evolução, e a comunidade que necessita dos seus serviços.*

*Hoje, em razão do que estabelece a Constituição Federal, procura-se encontrar o melhor caminho para a Corporação relacionar-se com o seu sistema, permitindo, após essa identificação e a sua formalização, a obtenção de mais recursos e melhor agilização na sua operacionalidade.*

*A Corporação é organizada e mantida pela União e subordinada ao Governador do Distrito Federal. Essa condição, ainda não bem entendida, está merecendo uma análise mais efetiva sobre o que a legislação determina, pois, constantemente, provoca controvérsia, quanto a destinação futura, isto é, deve ou não ser mantida pelo Distrito Federal?*

*Alguns legisladores consideram que a situação continua como antes; mudou-se, apenas por filigrana jurídica, a forma como apresentar a vinculação da Corporação, já que, anteriormente era mantida pela União, por falta de receita do Governo do Distrito Federal e subordinada, administrativamente, ao Governador.*

*Outros consideram que a situação, hoje, é totalmente diferente da anterior. A Constituição Federal, estabelece a subordinação das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, juntamente com as Polícias Cíveis, aos Governadores dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, está referindo-se, também, à organização e à manutenção, exceto das do Distrito Federal, dessas Organizações; obviamente, são os Governadores que detêm o poder sobre as mesmas, em sentido "latu". Para o Distrito Federal, a Constituição Federal estabelece, no artigo 32, § 4º, já que é a União que organiza e mantém, que lei federal, ainda não publicada, disporá sobre a sua utilização pelo Governo do Distrito Federal, das Polícias Cíveis e Militar e do CBMDF, portanto, são duas situações diferentes.*

*Outro ponto observado é que, primeiro, a Constituição Federal esclareceu a situação da Corporação de forma bem clara, para, posteriormente, referir-se as outras co-irmãs.*

*Defensores da vinculação com o Distrito Federal afirmam que o CBMDF pertence ao Complexo Administrativo do Distrito Federal em razão da sua denominação. Sobre essa afirmação, pode-se asseverar que, quando se diz do Distrito Federal se está apenas situando a Corporação, isto é, a sua área de atuação, haja vista que, quando a*

*Corporação era vinculada ao Ministério da Justiça, no antigo Distrito Federal, atual Estado do Rio de Janeiro, era denominada também de Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Naquela época quem assinava o Decreto de Nomeação do Comandante Geral era o Presidente da República, com base na indicação do Ministro da Justiça.*

*Uma vinculação muito forte, senão a maior, é com o Ministério da Ação Social, em virtude de ser o gestor do Sistema Nacional de Defesa Civil, no qual o CBMDF se enquadra perfeitamente. Isto é, as missões estão intimamente integradas com esse órgão da esfera federal, encontrando somente 2 senões - a sua criação recente, portanto, sem tradição e o fato de ser um Ministério Civil.*

*Poderia, também, pertencer ao Complexo Administrativo de outros Órgãos da Esfera Federal, como a Secretaria do Meio Ambiente, que é vinculada à Presidência da República em razão da Corporação ser integrante do sistema, e ao Ministério do Exército ou Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) em razão do CBMDF ser uma Organização Militar, força auxiliar e reserva do Exército, participando dos diversos sistemas que são coordenados pela força terrestre.*

*Enfim, poderia pertencer a um outro tipo de Complexo Administrativo já que o sistema da Corporação é extenso, permitindo muitas vinculações.*

## CAPÍTULO 6

### **O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

#### **6.1 - Ontem**

*O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal surgiu do idealismo de um grupo de autoridades que lutou durante o período colonial contra o inimigo incêndio.*

*De Lisboa, Portugal, D. Maria I sensibilizada por ver uma colônia herdeira e detentora de antiga e grandiosa civilização, berço da cultura portuguesa, ser devastada pela luta armada e humilhada pela presença de tropas estrangeiras (principalmente os franceses) a ocuparem seu solo, bem como o aparecimento de inúmeros sinistros apresentando um enorme poderio de destruição dos bens móveis e vidas, na cidade do Rio de Janeiro.*

*Resoluta, aquela Rainha ilustre decidiu não aceitar que a Côrte sofresse devastação e humilhação como as que havia ocorrido. Para isso, necessário se tornava implantar, na vida pública, mentalidade nova orientada para o trabalho, cujo planejamento e execução seria de capital importância para a proteção da cidade do Rio de Janeiro. E assim, a Sua Majestade D. Maria I criou um Serviço de Extinção de Incêndios destinado a desenvolver e consolidar o trabalho de apagar fogo do Arsenal de Marinha, tendo para isto, determinado que o exercício das funções de direção e planejamento seria do Arsenal*

*de Marinha criado em 1763. Textualmente, é isto que diz o Alvará Régio que, em 12 de agosto de 1797, criou o Serviço de Extinção de Incêndios.*

*Passados 59 anos, com a continuidade de ocorrência de vários incêndios destruidores de prédios públicos, comerciais, religiosos, industriais e de diversões públicas, além dos impasses surgidos entre as autoridades detentoras da responsabilidade de extinção desses incêndios é que Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, através do Decreto n° 1775, de 2 de julho de 1856, organizou o Serviço de Extinção de Incêndios, denominando-o de Corpo Provisório de Bombeiros, como medida de restabelecer o ordenamento na execução da missão Combater Incêndios.*

## **6.2 - Hoje**

*Neste ano de 1996, ao completar 140 anos de sua organização e 199 anos de sua existência, pode o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal orgulhar-se de ter, em muito, ajudado a grandeza do Distrito Federal. Formou homens, forjou líderes, gerou comandantes.*

*Pode apresentar com convicção, produtos que são a sua síntese:*

*1. Doutrina a qual, por seu corpo coerente de conceitos e por sua dinâmica, oferece alternativa válida às propostas de rumos e diretrizes que tanto pontificam na sociedade;*

2. *Criou um método de ação administrativo-operacional que enseja o planejamento, a execução, o acompanhamento e a realimentação do processo político da administração pública, com objetividade e racionalidade dialógica;*

3. *Capacidade qualificada de pesquisar, em qualquer área de suas atividades, com amplitude de visão, profundidade técnica e conhecimento da realidade bomberística, conjunção de fatores favoráveis que em nenhuma outra instituição bombeiro militar se encontram reunidos;*

4. *Formação de uma consciência de que seus estudos têm como fator preponderante o legítimo interesse da comunidade, ou seja, a ação política da Corporação só tem significado quando voltada para o atendimento das necessidades da sociedade.*

### **6.3 - Conjuntura do CBMDF**

#### **6.3.1 - Considerações**

*Quando analisou-se as diversas transformações ocorridas no CBMDF no transcorrer de sua existência, sentiu-se o desenvolvimento técnico-profissional, o que, estimula a novos empreendimentos e continuar cada vez mais em busca de novas técnicas e equipamentos para melhor desempenho das missões atinentes. Entre as principais conquistas das últimas décadas, cita-se: ABM, CTO, Convênio de Cooperação Japonesa, Construções de diversos Quartéis, Brigadas Mirins, Agentes de Saúde, além de outros.*

*O CBMDF, como as demais Instituições Sociais, apresenta-se como um complexo integrado de idéias, sentimentos, aspirações, padrões de comportamentos, relações interpessoais, equipamentos, materiais e normas, que retratam os caminhos estabelecidos pela sociedade ao longo de seu processo histórico-cultural, para satisfazer as suas necessidades.*

*O CBMDF aglutina todos os serviços pertinentes à segurança física do cidadão, conforme Lei n° 7479, de 2 de julho de 1986 (Estatuto dos Bombeiros Militares do CBDF), em seu artigo 2° diz: “O CBDF, organizado com base na hierarquia e na disciplina, considerada força auxiliar reserva do Exército, destina-se à execução de serviços de perícia, prevenção e combate a incêndios; de busca e salvamento, de proteção de socorros nos casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas; e de outros que se fizerem necessários à proteção da comunidade”. Nessa parte final, inclua-se programas de aleitamento materno, bombeiro mirim, etc.,*

*O CBMDF, desde os seus primórdios, sempre foi uma Instituição respeitada pela população, quer pela natureza de suas missões, quer pelos magníficos exemplos de abnegação e estoicismo, legados por aqueles que ajudaram a formar e firmar o conceito da Corporação altruística e valorosa junto à comunidade do Rio de Janeiro e, atualmente, à brasiliense, no Distrito Federal.*

*Inspirado no lema “Vida Alheia e Riqueza Salvar”, o Soldado do Fogo sempre foi um bravo, um amigo certo nas horas dos infortúnios. Ao longo da existência do CBMDF, os seus integrantes*

*preservaram e procuram manter sempre vivo o conteúdo que ele encerra.*

### **6.3.2 - Análise**

*O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, uma Organização tradicional de bons serviços desde a época de sua implantação, vem zelando para manter na comunidade a confiança e o carinho até os dias atuais, mesmo com todo avanço tecnológico da engenharia, arquitetura e urbanismo.*

*Nas pesquisas efetuadas, localizou-se numa Ata do então Conselho de Administração da Corporação, cujos integrantes reuniram-se em 30 de agosto de 1966, cujo teor exprime a preocupação dos Oficiais com as peculiaridades de Brasília naquela época, para se adquirir viaturas. O Comandante dizia:*

*“Considerando que Brasília é uma cidade moderna, com edifícios cujos gabaritos normais variam entre seis e doze andares; Considerando que há também edifícios de alturas consideráveis, como é o caso do Anexo do Congresso Nacional, com 32 andares, Banco do Brasil, com 28 andares, etc, para cujo combate a qualquer espécie de sinistro que neles venha a ocorrer, exige não apenas pessoal adestrado, senão também material da melhor qualidade no gênero que ofereçam as maiores condições de segurança, tanto em potência quanto em rendimento, para completa eficiência do socorro; Considerando que o futuro que Brasília oferece com as providências de fato que ali se*

*desenvolvem para a sua consolidação, recomendam visão e providência da parte de que tenha qualquer parcela de responsabilidade administrativa no âmbito federal; Considerando as condições das cidades satélites adjacentes à Brasília, algumas das quais com habitações e comércio constituídos de construções que mais demonstram um convite ao fogo; Considerando que vários incêndios têm ocorridos em Brasília, não somente nessas cidades, mas também em edifícios públicos de grande importância, como é o caso do edifício das Relações Exteriores, da Universidade de Brasília, da Escola Naval, recentes, sem que o Corpo de Bombeiros possa combatê-los com a eficiência que seria de se esperar, sendo necessárias, não raras vezes, o auxílio dos Bombeiros da Aeronáutica, como consequência da deficiência do material técnico adequado; Considerando que, não obstante, a necessidade de se ter material de alta qualidade, no que concerne a segurança e a técnica e a aquisição desse material com um prazo para entregar que varia de 6 a 7 meses, porém, indispensável em tais circunstâncias; Considerando que há firmas que fornecem material de Combate a Incêndios, de fabricação nacional que, embora não atendam e não possam ainda competir com os de fabricação estrangeira, como se precisa, já oferecem, entretanto, um rendimento aceitável, tal como a firma Dias Garcia Sociedade Anônima que, de acordo com a referida concorrência, fornece Auto-Bomba-Inflamável por preço razoável e em prazo bem menor, o que viria ao encontro da necessidade de que se resente o Corpo de Bombeiros, no momento; Considerando que a Corporação somente dispõe, no presente, de Auto-Pipas com bombas portáteis de pequena pressão, pois 3*

*Auto-Bombas que dispõem, estão sofrendo reparos e recuperação adequados, portanto, fora de combate, resolve:*

*1. Adquirir, imediatamente, uma unidade, Auto-Bomba-Inflamável da Firma dias Garcia Sociedade Anônima, solicitando a mais urgência possível na entrega, a fim de prevenir-se para o Combate a futuros incêndios;*

*2. Adotar as medidas necessárias e imediatas para a aquisição de 3 Auto-Bombas-Inflamáveis, de grande potência, de vasão igual ou superior a 1000 galões por minuto, da firma Mat-Incêndio Sociedade Anônima, Engenharia de Incêndio, ainda não fabricados no Brasil, para atender à segurança e eficiência dois socorros, igualmente solicitando-lhe o empenho que lhe for possível para a redução do prazo de entrega”.*

*O Major Álvaro Corrêa Martins, Comandante Geral na época, sensível ao problema demonstrava que a sua decisão estava calcada em princípios, tais como: Oportunidade, Segurança, Valor, Setorização e Futurismo”.*

*Caso se atente para estes detalhes, que em outra dimensão ocorrem nos dias atuais, evidentemente com novos óbices de conjuntura e evolução dos tempos, colocando no mercado produtos que a tecnologia bombeirística deve se adequar, vê-se que, na relação emprego de viaturas/adaptação do homem ao material, os critérios para aquisição e emprego, não podem omitir a sensibilidade de análise sistemática de maior abrangência possível.*

*O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal vinha executando suas missões, com o emprego de seu potencial motorizado, sem, contudo, se ater a alguns princípios doutrinários, os quais, o conduziria à exploração mais detalhada e racional da verdadeira necessidade, para o local onde a viatura atuaria nas ocorrências mais frequentes.*

*Assim, observa-se que no conhecimento histórico da Corporação e nos acontecimentos dos tempos mais recentes, atitudes nem sempre producentes com relação às viaturas operacionais atingem o binômio Eficácia/Eficiência. Na esperança desta argumentação, para sentir benefício ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, é imperioso que sejam adotados critérios mais objetivos e prospectivos, com possibilidades de ajustamento às necessidades atuais vinculando ao ambiente, razão da existência da Corporação.*

*Nesta rápida observação, evidencia-se que o mundo sobrevive equilibradamente, e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, como Organização Secular não poderá continuar à parte deste princípio harmônico entre a conjuntura atual e os valores desta Corporação.*

#### **6.4 - Amanhã**

*O amanhã está chegando, simbolizado no ano 2000, o 3º Milênio.*

*O CBMDF deverá continuar a manter suas singulares características:*

*- Centro de Reunião Livre para debates e estudos, sem prevalência, imposições ou condicionantes, com total liberdade de opinião;*

*- Centro de Convergência de Bombeiros Militares dos Estados Brasileiros, todos irmanados pela solidariedade e fraternidade tão características da nação brasileira;*

*- Ponto de Encontro de Bombeiros Militares dos Estados Brasileiros, selecionados pela cultura, capacidade e experiência, sem que se considere extrato social e grau de riqueza.*

*Esse CBMDF, que a cada ano se revitaliza, caminhará com a finalidade de constituir a cristalização final dos conhecimentos bombeirísticos. Como hoje ocorre, ao CBMDF afluirão aqueles que se destacam na sua área de atuação, nos Corpos de Bombeiros, para que, em conjunto, possam melhor servir ao povo brasileiro.*

*O CBMDF 2000 será o templo do diálogo amplo, aberto, de visão alargada, de conscientização nacional e de sua própria estrutura administrativo-operacional no cenário interno, bem assim, no internacional, estuário natural para os que são responsáveis pelos rumos da Nação e que são balizados na ordem, no desenvolvimento e na segurança.*

### 6.5 - O Papel do Bombeiro na Comunidade

*A luta contra os sinistros data de tempos imemoriais. No Brasil-Colônia, os historiadores relatam que enormes sinistros, em particular incêndios levaram a destruição de várias edificações magníficas. Muitas outras construções, na cidade antiga, sofreram a voracidade do fogo, restando, para estudo, cinzas e carvão no seio da terra provincial.*

*Naquela época não havia meios, como os que hoje existem para combater os sinistros e evitar sua propagação. Em algumas ocasiões o incêndio somente terminava quando tudo se resumia a escombros. Várias dessas catástrofes passaram à história da cidade do Rio de Janeiro, conseqüentemente, do Corpo de Bombeiros.*

*Dentro das catástrofes, estão os incêndios ocorridos na Cidade do Rio de Janeiro, nos quais são decorrentes das invasões francesas no início do século XVIII, sendo alguns pontos da cidade destruídos pela ação do fogo imposto pelos franceses. Outros incêndios se verificaram em diversas partes da cidade do Rio de Janeiro durante os séculos XVIII e XIX, destruindo a maior parte da cidade, custando a vida de muitas pessoas, bem como deixando desabrigadas cerca de outras inúmeras pessoas.*

*No século XVIII, terríveis incêndios foram provocados por invasões. A cidade do Rio de Janeiro foi sacudida por violentos bombardeios. A destruição das invasões levou a cidade a se proteger. Houve destruição da alfândega e edificações contíguas. Por outro lado,*

*foi impossível combater o fogo por não haver rede de distribuição de água e nem materiais e/ou equipamentos para o combate a incêndios. Na última invasão francesa (1711), várias foram as edificações da cidade do Rio de Janeiro totalmente destruídas pelo fogo causado pelos bombardeios da esquadra.*

*No século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, teatros, residências, repartições públicas, casas comerciais, indústrias, hospitais, escolas e outros estabelecimentos foram devorados pelo fogo e quase todas as famílias possuem relatos trágicos sobre a morte ou ferimento de um ente querido provocado pelas chamas. Os desastres, inundações, desabamentos e outros sinistros permaneceram ocorrendo, deixando lembranças de incêndios ocorridos, bem como no final do século XIX alguns deles foram mais drásticos, levando as autoridades a tomarem providências para protegerem a cidade.*

*O mundo cresceu intelectual e industrialmente. A máquina e outros meios da ciência proporcionam à humanidade condições para tal crescimento. Surgiu, então, paralelamente, alguns recursos para combater e prevenir o sinistro, quer na cidade, que no campo. Normas foram criadas, princípios foram estabelecidos, com o objetivo de se dar segurança ao homem que trabalha e ao povo em geral que vive nos recintos de estabelecimentos industriais ou comerciais.*

*Assim, apareceram os Serviços de Extinção de Incêndio e posteriormente, os Corpos de Bombeiros, tecnicamente instruídos e equipados, surgiram as indústrias de aparelhos e viaturas de proteção a sinistros; proliferaram os ensinamentos de segurança e, por fim, o*

lema: " prevenir é melhor que remediar" , que já se patenteou na mente do homem. A prevenção de sinistros, em particular o incêndio, é um problema que deve ser encarado desde o momento em que se planeja uma cidade, uma indústria, um prédio comercial, um prédio de divertimento públicos, enfim, qualquer local de trabalho, devendo finalizar na própria residência. Com isso , a prevenção começa pela escolha do material de construção que deve ser não combustível, na separação ideal dos prédios em blocos com ruas largas, de tal modo que o incêndio nunca ameaçaria toda a propriedade e a vida.

A prevenção se completa com outras providências, entre as quais as vias de acesso horizontais e verticais, estas últimas (escadas e elevadores) isoladas do conjunto predial; previsão de um sistema de combate a incêndios poderá compreender desde o simples extintor manual , até os complexos sistemas automáticos de agentes vários, químicos, físicos, físico-químicos, eletrônicos, automáticos de detecção, aviso, sob comando próximo ou remoto etc.. Todo aparelhamento, de acordo com o risco a proteger, deverá ser criteriosamente estudado quanto a quantidade, qualidade e distribuição, bem como operado por pessoas devidamente capacitadas, pois em hipótese contrária, poderá não atingir sua finalidade e, até certo ponto, provocar lamentáveis acidentes. A arrumação, a limpeza e a boa ordem dos estoques, matérias-primas e demais materiais, constituem práticas imprevisível na prevenção, pois dificuldades criam ao aparecimento de um princípio de incêndio , bem como sua propagação. Assim temos uma idéia genérica do que entendemos por prevenção de incêndios eo que ela abrange.

*É esse assunto, o principal papel do bombeiro na comunidade. Devemos ser ávidos na difusão de tal, assunto, visto que, "o sinistro ocorre onde a prevenção falha". Infelizmente, o Poder Público, se torna impotente em assistir tecnicamente a todos os necessitados, os quais devem ser aqueles a se interessarem primeiramente na segurança de seus patrimônios cabendo ao Corpo de Bombeiros auxiliá-los na resolução dos problemas surgidos e na diminuição das conseqüências prováveis em casos de sinistros, quando totalmente não puder evitá-los.*

*Segundo estudos realizados, considera-se que 90% dos incêndio não teriam ocorrido se fossem tomadas as devidas precauções. Entre as causas mais comuns constam o descuido de fumantes, eletricidade, imprudência e má arrumação de estoques.*

*A luta contra o sinistro, quer incêndio, salvamento de pessoas, bens ou animais; quer proteção de aeroportos, portos e pontos críticos; quer campanhas educativas e atividades preventivas é o segundo papel do bombeiro na comunidade.*

*No calor do fogo inclemente, na profundeza das águas obscuras, na indomável selva semi-virgem, na lisura das pistas traiçoeiras, na implacável luz do sol, ou nas gélidas madrugadas, a pujança do bombeiro na presença do perigo, jamais se deixou sucumbir. Intrépido, destemido, audaz e resoluto, o bombeiro - severo guardião da sobrevivência humana e do patrimônio público ou privado, zomba da desdita, cumprindo um dever.*

*O avanço tecnológico que o mundo vive tem a sua origem, ou melhor, o seu marco de “arranque” muito recente. Há aproximadamente um século não tínhamos : luz elétrica, transportes (avião, automóveis, ferrovias, metro, etc..) meios de comunicação ( televisão, rádio), o computador ( que multiplicou em grande velocidade a ciência), edificações de grande porte. Desenvolvimento industrial dinâmico e inovador ( inúmeros aparelhos eletrodomésticos que simplificam a ação do homem sobre o nosso planeta.*

*O perigo de incêndio aumentou, as distâncias foram encurtadas pelos veículos de comunicação, o hábito de consumo se homogeneizou ( valores, costumes, moda) neste nosso Brasil continental. O anseio do povo e a sua reivindicação por melhores condições de vida e segurança, “urge” a adoção de uma política mais arrojada de combate a incêndio em que pese os óbices encontrados no nosso país.*

## CONCLUSÃO

*Chega-se ao final do trabalho monográfico. É interessante a sensação que se sente, neste momento, pois o cansaço foi a forma mais lógica de expressão por essa caminhada de história de aproximadamente 2 séculos. Contudo, a sensação de rejuvenescimento e gratidão por ter a oportunidade de conhecer e viver um pouco desse intrincado complexo que é o CBMDF.*

*Não é preciso ser profeta para se prognosticar o futuro brilhante do gigante CBMDF. O mundo do futuro é dos jovens, dos que ainda não participaram e não se contaminaram pelos produtos de ontem e de hoje. O CBMDF é esta criança que sofreu e deverá sofrer as influências e injunções, sem contudo ser vítima delas.*

*Procurou-se mostrar, neste trabalho, acontecimentos do passado que envolveram o CBMDF, analisando-se sob o aspecto sócio-político-econômico. Nessa jornada, conclui os autores por enaltecer os bombeiros militares pela transcendência e relevância de sua missão, bem assim aqueles que representaram bem a Corporação.*

*Viu-se, também, que o presente, começando com o ciclo revolucionário, tem servido para despertar o CBMDF, dando-lhe um tratamento eficaz e de efeitos a curto e médio prazos.*

*É com muito orgulho e satisfação que se procurou dar uma idéia de grandeza, palmilhada de sofrimentos, desprendimentos e acentuado espírito de abnegação, por que passam as diversas Unidades*

*e Repartições do CBMDF. Viu-se os momentos difíceis das suas implantações; a repercussão sócio-cultural e integracional que se fez sentir e vem sentindo a Corporação; a oportunidade de conhecer e viver os vários problemas.*

*Não se tem dúvida que o CBMDF de hoje já começou a despertar e a levantar-se para ocupar uma posição compatível com sua grandeza.*

*O futuro é ainda uma incógnita; porém, um presente bem planejado deverá propiciar um devir futuroso. Este começou de fato com a Transferência para a Nova Capital e tem crescido a cada ano que passa, vitalizando, a cada dia, essa alvorada de esperança que começou a despertar o gigante do seu sono secular.*

*Ao encerrar este trabalho, os autores deixam uma reflexão: Sabe-se que há algo muito importante a ser feito, algo sólido, palpável e que influirá profundamente no futuro do CBMDF, mas será alguma coisa que, uma vez concluída, dará a cada um componente, no fim de sua carreira, o direito de dizer com o mais justo, o mais puro, o mais tranqüilo orgulho - EU NÃO PERTENCI EM VÃO AO CBMDF.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 *BRASIL. Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro. Estado Maior Geral. RJ. 1991. 93p.*
- 2 *BRASIL. História do Arsenal da Marinha. vol I e II. Rio de Janeiro. 1978.*
- 3 *BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Portaria n° 258, de 2 de julho de 1964. Dispensa e Designação de Oficiais. DSPB, Brasília, p.1, 2 jul.1964.*
- 4 *BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Portaria n° 301-B, de 27 de junho de 1964. Manda servir em Brasília os componentes do CBDF. Diário Oficial ( da República Federativa do Brasil), p. 6747, de 29 jul. 1964.*
- 5 *BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Portaria n° 230-B, de 14 de abril de 1964. Cria o Grupo de Trabalho de Opção. DRPB, Brasília, 14 abr. 1964.*
- 6 *BRASIL. Departamento de Segurança Pública de Brasília. Boletim n° 167, de 15 de dezembro de 1964. Manda Instalar o Efetivo do CBDF no Pavilhão da Feira Internacional de São Cristóvão. Rio de Janeiro, 15 dez. 1964.*
- 7 *BOMBEIROS Chegam em Brasília. Correio Brasiliense, Brasília, 18 jul. 1964.p. 7, B, 1.*

- 8 CARVALHO, Sebastião Liparizi de . *A Problemática do Crescimento do CBMDF : Projeção de Expansão do DF. Brasília, 1989. 34p. (Trabalho Monográfico do CSBM/CBMDF).*
- 9 COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. Livraria José Olympio. R.J. 1955. Vol 3. 557p.*
- 10 DANTAS, Francisco Célio. *Dicionário Biográfico de Brasília. Ed. Social Ltda e GeA. Brasília. 1991. 817p.*
- 11 DUNLOP, Charles. J. *Subsídios para a história do Rio de Janeiro. Editora Americana. RJ. 1973. 502 p.*
- 12 \_\_\_\_\_ . *Rio Antigo. Cia Editora e Comercial. F. Lemos. R.J. 1956. Vol II. 141 p.*
- 13 \_\_\_\_\_ . *Chrônicas : Fatos, Gente e Coisas de uma História. Ed. Americana. Rio de Janeiro. 1973. 467 p.*
- 14 FILHO, Adolfo Morales de Los Rios. *O Rio de Janeiro Imperial. Ed. A Noite. RJ. 1946. 494 p.*
- 15 FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro: 1564-1700. v. II. Rio de Janeiro. 1914. 867 p.*
- 16 GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio de Janeiro. Ed. Saraiva. R J. 1954. 642 p.*

- 17 GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro. Gráfica do IBGE. v. I e II. RJ. 1965*
- 18 HISTÓRIA do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Q Bombeiro, Brasília, ano I, n.1, p. 5-58, dez. 1986
- 19 MACEDO, Joaquim Manoel. *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro. Ed. Zélio Valverde. RJ. 1942. 612 p.*
- 20 MORAIS, Mario de . *A Cidade do Rio de Janeiro. RJ. 1952. 502 p.*
- 21 MUSSMECI, Victor. *História Econômica e Administrativa do Brasil. Editora do Brasil S.A. SP . 1969. v. 8. 176 p.*
- 22 SANTOS, Ademir Orrico. Primeiro Centenário do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar da Bahia, Salvador, v.1, n.1, p. 2-75, 1994
- 23 SILVA, Ernesto. *História de Brasília. Centro Gráfico do Senado Federal. Brasília. 1985. 282 p.*
- 24 SILVA, Fernando Nascimento ( Coord.). *O Rio de Janeiro em seus Quatrocentos Anos. Ed. São Paulo S.A SP. 1965. 851 p.*
- 25 VASCONCELOS, José Adirson de. *A Mudança da Capital. Ed. Independência Ltda. Brasília. 1978. 640 p.*

